

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

18.^a Reunião
(19 de janeiro de 2016)

SUMÁRIO

O Presidente (José de Matos Correia) declarou aberta a reunião às 18 horas e 22 minutos.

Procedeu-se à audição do Dr. Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos), que, após uma intervenção inicial, (a) respondeu às questões colocadas pelos Deputados Adão Silva (PSD), João Galamba (PS), Moisés Ferreira (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Hugo Lopes Soares (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 22 horas e 6 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião de hoje.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Srs. Deputados, temos hoje connosco o Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, na sua qualidade de antigo Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Como é natural, as minhas primeiras palavras são para agradecer a imediata disponibilidade que manifestou quando consigo falei para estar presente na reunião desta Comissão, que, entretanto, teve de ser reagendada pelos motivos infelizes que todos conhecemos.

Em conversa lateral com o Dr. Santos Ferreira fiquei a saber uma coisa que não sabia, e vamos sempre aprendendo alguma coisa: o Dr. Santos Ferreira foi em tempos Deputado a esta Assembleia e, portanto, também quero saudá-lo neste seu regresso, muitos anos depois, ao Parlamento.

O Sr. **João Galamba** (PS): — De que partido?

O Sr. **Presidente**: — Do PS.

Risos.

O Dr. Santos Ferreira tinha-me dito que era do PS, mas eu entendi que devia valorizar, na minha qualidade de Presidente, o facto de ele ter sido Deputado e não desta ou daquela força político-partidária.

Portanto, dizia eu, queria saudá-lo neste seu regresso a esta Casa, que conheceu em tempos bastante diferentes até do ponto de vista arquitetónico e de instalações.

O Sr. Dr. Santos Ferreira já me tinha informado, e também em contacto com os serviços da Comissão, que iria fazer uma apresentação inicial, que será projetada em *PowerPoint*, e, para que os grupos parlamentares também possam fazer um acompanhamento mais de perto, foi distribuída uma cópia da apresentação a cada grupo parlamentar – cópias essas que foram, aliás, entregues pelo Dr. Santos Ferreira, a quem agradeço a simpatia de o ter feito.

O Sr. Dr. Santos Ferreira já conhece as regras não só porque, seguramente, terá visto na televisão algumas das anteriores audições mas também porque já falámos sobre isso e, sem perdermos mais tempo e agradecendo de novo a sua presença, dou-lhe, desde já, a palavra para a sua intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira** (ex-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos): — Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Presidente, bem como os demais Sr.^{as} e Srs. Deputados, e agradecer a oportunidade que me foi dada de fazer esta pequena apresentação de enquadramento, que tentarei conter dentro dos limites de tempo que o Sr. Presidente me indicou e que deixará muita gente feliz.

O Sr. **Presidente**: — Apenas me limitei a aquiescer à sua indicação.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Com certeza.

Srs. Deputados, a minha ideia é, efetivamente, tratar de cinco grandes áreas: uma pequena introdução; o exercício de 2005; o exercício de 2007; o período de 2005-2007; e uma tentativa de explicação do que se passou a seguir.

Convinha-me dizer-vos e sublinhar, embora isso seja algo que é óbvio, a minha inteira disponibilidade para, na medida das minhas possibilidades, prestar a informação de que a Comissão necessite.

Gostava, apesar de tudo, de vos alertar para alguns factos: vamos, provavelmente, falar de temas que se passaram há 9, 10 ou 11 anos e eu, quando deixei a Caixa Geral de Depósitos, não trouxe quaisquer documentos da empresa, nem sequer as atas das reuniões em que participei.

Assim, nestes tempos que precederam esta audição, procurei ler alguns documentos públicos, mas o trabalhar sem *staff* leva-me a que, desde já, peça que relevem qualquer erro que encontrem.

Dito isto, gostava de vos dizer que fui convidado para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da CGD em finais de julho de 2005, pelo então Ministro das Finanças, Prof. Teixeira dos Santos.

Na Assembleia Geral que me elegeu deixaram de exercer funções cinco administradores, mantiveram-se em funções seis dos administradores que estavam no Conselho e entraram nessa altura três membros para o Conselho: eu próprio, o Dr. Armando Vara e o Dr. Francisco Bandeira.

O Conselho de Administração foi reduzido de 11 para 9 pessoas e passou a ter a composição que podem ver. (*Slide 6*)

Por carta de 27 de dezembro de 2007, renunciei ao meu mandato, que terminava no fim desse ano. Portanto, apresentei uma carta em que renunciava, em qualquer caso, ao cargo, explicitando as razões, que eram as de que eu tencionava candidatar-me, numa lista, ao lugar de presidente do Conselho de Administração do Millennium BCP.

Neste *slide* (*Slide 7*) podem ser vistos os pelouros tal como existiam na distribuição inicial em 2005 e como passaram a existir quando o Dr. Carlos Costa saiu para Vice-Presidente do BEI (Banco Europeu de Investimento), o que levou, em 2006, a um reajustamento dos pelouros.

Vale a pena dizer-vos que, nessa altura, a Caixa Geral de Depósitos tinha como fiscal único uma sociedade de revisor oficial de contas, a Oliveira Rego & Associados, e um auditor externo, que era a Deloitte.

Como é que eu vejo 2005? Em 2005 a economia mundial mantinha um elevado dinamismo, crescia na ordem dos 4,3%, sendo que, por exemplo, a Ásia crescia a 3,5% e a União Europeia crescia a uma taxa mais modesta de 1,5%.

Os principais índices de ações registavam valorizações significativas.

Em 2005, a economia portuguesa registou um aumento real do PIB de 0,3%, na Bolsa o volume de transações cresceu 7,6% e o PSI 20 valorizou-se 13,4%.

Neste enquadramento, o que é que se passava na Caixa Geral de Depósitos? A Caixa Geral de Depósitos tinha a maior quota de mercado em ativo líquido, tinha a segunda maior quota de mercado em crédito a clientes, pese embora ter a maior quota de mercado em crédito à habitação, era o maior branco do sistema em depósitos, nomeadamente depósitos particulares, e tinha a liderança do setor segurador, salvo no setor Vida em que havia outras seguradoras maiores.

Em termos de resultados, e considerando apenas os cinco maiores grupos, a Caixa Geral de Depósitos tinha a segunda quota de resultados com cerca de 25% dos resultados do sistema.

Estas quotas de mercado traduzidas em números (*Slide 14*) – e, atenção, porque, efetivamente, eu só tomei posse em agosto e, portanto, muito do que aqui está há de ser também trabalho das pessoas que lá estiveram antes de mim e, sobretudo, antes de nós – permitem-nos verificar que o resultado líquido foi de 538 milhões e o ROE (*return on equity*) de 15,1%.

Os números para os créditos, imparidades e risco, provavelmente sozinhos fazem pouco sentido, mas há na minha apresentação mapas

comparativos da evolução das imparidades na Caixa e das imparidades no mercado.

Em matéria de resultados foram distribuídos 195 milhões de euros de dividendos e foram pagos 125 milhões de euros de impostos diretos (*Slide 16*), sendo que os *ratings* são os que os Srs. Deputados podem ver neste *slide* (*Slide 17*).

Dos vários itens que listei em 2005, gostava de sublinhar três: a conclusão dos projetos anteriormente decididos, de desinvestimento no Brasil com a alienação da participação no Unibanco e de investimento em Espanha, com o aumento de capital do Banco Simeón; a continuação do Projeto Líder lançado em 2004 e focado na atividade de retalho em Portugal (segmentação das redes, otimização de alguns segmentos – gama alta, gama média com potencial e universitários – e melhoria da oferta de produtos e melhoria de eficiência e rentabilidade); e o desenvolvimento, na dependência direta do Conselho de Administração, como não podia deixar de ser, do Gabinete de *Compliance*.

Procurei numa breve nota traduzir aquilo que penso do exercício e atrevi-me a citar-me a mim próprio numa entrevista que dei em 2010 ao Prof. Pedro Lains, que escreveu a história da Caixa Geral de Depósitos.

Dizia eu, nessa altura, e continuo a pensar a mesma coisa, que «(...) às vezes, mal chegamos a um sítio temos a tentação de logo reestruturar alguma coisa. Agora, em 2005, embora seja sempre possível fazer diferente e melhor, diria que a Caixa estava em velocidade de cruzeiro.

Em 2005, havia crédito fácil, taxas de juro atrativas (embora mais altas que as atuais), não havia limitações de liquidez nem exigências adicionais de capital e vivia-se um período, até, de alguma euforia na atividade bancária».

O exercício de 2007 já tem um cariz diferente: o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento robusto da atividade económica e

comércio mundiais, cenário este que se alterou na segunda parte do ano na sequência da crise do *subprime* nos EUA.

Apesar disso, e em termos globais, o PIB expandiu-se 4,9%, nos Estados Unidos, o crescimento reduziu-se de 2,9% para 2,2% no segundo semestre, mas ainda era 2,2%, e a Europa cresceu 2,8%.

Os principais índices bolsistas continuaram positivos nas diversas bolsas.

A economia portuguesa cresceu a 1,9% e na Bolsa o PSI 20 valorizou-se 16,3%.

O que se passava na Caixa Geral de Depósitos neste enquadramento? A Caixa Geral de Depósitos mantinha a liderança no ativo líquido, mantinha o segundo lugar no crédito a clientes, tinha passado a ser número 1 no mercado nos seguros Não Vida e tinha passado a ter maior quota de mercado nos resultados líquidos.

Em termos numéricos, e em paralelo com a apresentação relativamente a 2005, gostava de chamar a vossa atenção para os resultados líquidos consolidados de 856 milhões de euros e para o ROE (*Slide 25*) de 17,10%, sendo que, relembro em 2015, tinha sido de 15,1%.

Mais uma vez digo que haverá mapas comparativos mais à frente na minha apresentação.

Em matéria de resultados, dividendos e impostos (*Slide 27*), diria que em 2007 foram pagos 340 milhões de dividendos. Recordo-me que a proposta que eu tinha deixado era de 300 milhões, sei que em assembleia geral o acionista votou 340 milhões e foi esse valor que ficou, dado que a votação dos acionistas é a que conta, e foram pagos 315 milhões de impostos.

Este *slide* é razoavelmente curioso pelo seguinte: estes são os *ratings* (*Slide 28*) da Caixa Geral de Depósitos no final de 2007 e o que é curioso é que, no segundo semestre de 2007, a Moody's aumentou em dois *notches* o *rating* de longo prazo da Caixa, a Standard & Poors passou o *outlook* de

estável para positivo em agosto de 2007 e a Fitch passou o *outlook* de negativo para estável.

Dos factos relevantes do exercício, gostaria de vos falar do seguinte: este foi o exercício em que se verificou a consolidação da liderança na área dos seguros, com a aquisição da Companhia Portuguesa de Resseguro e a criação da Multicare.

Em Moçambique, a Caixa passou a deter a maioria do BCI. Houve um aumento de capital de 150 milhões e, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 106/2007, de 3 de Abril, procedeu-se à eleição da Mesa da Assembleia Geral, que passou a ser presidida pelo Professor Manuel Lopes Porto e também à eleição de um Conselho Fiscal, que passou a ser presidido pelo Professor Eduardo Paz Ferreira.

Em 2008, verificaram-se dois factos, ainda ligados ao exercício anterior mas que se verificaram já em 2008, que foi o reconhecimento legal da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest e, em fevereiro, a autorização do Banco Central do Brasil para a constituição do Banco Caixa Geral – Brasil.

Escolhi este texto como nota sobre o ano de 2007 (*Slide 31 e Slide 32*). É um texto que consta do relatório e contas da Caixa mas que foi escrito pelo Conselho, pela pessoa que sucedeu como Presidente do Conselho de Administração, o Engenheiro Faria de Oliveira, razão pela qual mais à vontade estou para aqui o inserir. Passo a ler: «Salienta-se que o último trimestre de 2007 foi vivido num clima de preocupação, originado pelos problemas do mercado de crédito *subprime* nos EUA, com a instalação de uma crise nos mercados financeiros, caracterizada, simultaneamente, por uma crise de liquidez das instituições, incerteza quanto ao futuro, imprevisibilidade, graves problemas de solvência em algumas instituições financeiras internacionais, tensões nos mercados monetários, queda das bolsas e revisões sucessivas em baixa das previsões de crescimento das

economias, começando nos EUA mas afetando todas as outras. Os sinais de alarme intensificaram-se a partir de novembro. A obtenção e o custo do *funding* foram-se agravando.

Nos primeiros meses de 2008, os ativos com maior risco estão a ser muito penalizados, dado o clima de incerteza materializada em volatilidade, confirmando que se está perante uma crise complexa e difícil. Os bancos estão assim a adaptar as suas estratégias comerciais à nova envolvente.

Os preços têm de ser ajustados às condições de *funding* dos bancos. No entanto, o nosso objetivo é o de fornecer crédito em condições competitivas, mas de mercado, à economia e aos nossos clientes. Estamos em condições de o fazer, devido à nossa solidez: a CGD mantém uma boa posição de liquidez, boa rentabilidade, confortáveis rácios de solvência, de *Tier 1* e de *Core Tier 1*, amplos rácios de cobertura, correta política de controlo de risco e capacidade de gestão e supervisão adequada.

As novas metas do plano estratégico da CGD para o triénio de 2008/2010 deverão refletir a situação complexa que se vive nos mercados financeiros internacionais.

Os resultados alcançados em 2007 são, pois, um objetivo exigente, difícil de atingir ou de superar no atual contexto do mercado em que se espera um crescimento mais moderado no crédito e nos recursos.»

Olhando para o conjunto do período de 2005/2007, o que é que eu gostava de vos dizer? Gostava de vos dizer que, no período de 2005-2007, não houve uma euforia de crédito na Caixa Geral de Depósitos. A evolução das quotas de mercado demonstra isso exatamente — há uma redução da quota do mercado de crédito da Caixa, salvo no que diz respeito a empresas.

No período de 2005 e de 2007, as imparidades de crédito mantiveram-se praticamente constantes e em linha com 2004 e o nível das imparidades e do custo de risco de crédito não superou o de outros bancos portugueses comparáveis. Aliás, penso que efetivamente o custo de risco de crédito da

CGD compara favoravelmente, a partir do desencadear da crise, com outros bancos do sistema de dimensão similar. E mesmo que façamos uma comparação das imparidades com base no ano de originação, essa comparação mantém-se. Os *ratings* são os que ali estão (*Slide 36*), sendo que o mais relevante já vos assinalei.

Ou seja, e em resumo, o crédito cresce com mais ênfase em empresas do que em crédito à habitação. Mantém-se a liderança do ativo líquido do crédito dos depósitos e dos seguros. Neste período, registou-se o maior volume de resultados — mais de 2 biliões de euros — de qualquer mandato da Caixa. Registou-se o pagamento de 795 milhões de dividendos, que também penso ser o maior montante de dividendos pago, e registou-se o pagamento de mais de 700 milhões de impostos.

As imparidades mantiveram-se estáveis, mesmo por ano de produção. Os *ratings* melhoraram e os ROE foram sempre crescendo.

O que se passou, então, a partir daqui? O que se passou foi que a crise que se pressentia no último trimestre aconteceu mesmo. O PIB mundial caiu abruptamente. A taxa de juro da Reserva Federal dos Estados Unidos passou de 4,25% em 2007 para 0,25% em 2014 e a taxa de juro do Banco Central Europeu desceu de 4% em 2007 para 0,05% em 2014 também. O *rating* da dívida pública portuguesa caiu abruptamente. Entre 2007 e 2011, o *rating* da dívida pública caiu 7 *notches* e, entre 2011 e 2014, caiu 2 *notches* (*Slide 37 e Slide 38*).

No sistema financeiro em geral e na Caixa Geral de Depósitos em particular, a crise fez-se igualmente sentir. Procurei neste quadro (*Slide 40*) traçar uma ligação entre o indexante, a Euribor, e a margem financeira e não deixa de ser complexo olharmos para o ano de 2007, em que a Euribor estava a 4,83% a um mês e a margem financeira eram 2 biliões, e o ano de 2012, em que a Euribor estava a 0,1% e em que a margem financeira tinha tombado para 1,3%.

Nos mapas seguintes (*Slide 41, Slide 42 e Slide 43*), os Srs. Deputados — e espero não ter cometido erros nesta recolha numérica, que, como calculam, não é fácil. Para mim, pelo menos, não foi —, encontrarão a evolução, na Caixa e nos vários bancos, do crédito bruto do saldo das imparidades, do crédito líquido e do fluxo das imparidades.

Permito-me chamar a vossa atenção mais para a última linha (*Slide 43 — voltar*), ou seja, para o custo de risco de crédito entre 2008 e 2015 e esse custo de risco de crédito aponta para um valor de 6,80% na Caixa, de 11,20% no Millenium BCP, de 13,90%, juntando os números do Novo Banco, do BES e dos outros todos que veem a seguir.

De qualquer maneira, as imparidades que se verificaram não são, apenas, imparidades por crédito; há, também, imparidades por outros ativos.

No período de 2005 a 2007, as participações ditas «estratégicas» da Caixa Geral de Depósitos mantiveram-se num montante estável. Veremos isso num quadro à frente.

Ao contrário do que se poderia pensar, as participações financeiras da Caixa não correspondem a uma estratégia pensada e friamente executada. No fundo e na essência, correspondem à resposta a necessidades de aumento de capital por parte de um Estado carente de meios num processo que decorre, essencialmente, entre 1997 e 2003. Foi, aliás, o que procurei resumir neste *slide (Slide 44)* e aí os Srs. Deputados encontram os anos e os motivos das participações estratégicas detidas pela Caixa. Quando vos dizia que se mantiveram praticamente estáveis entre 2005 e 2007, como os números o demonstram. Chamo a atenção que a percentagem da PTM foi a que resultou da cisão da PT quando, efetivamente, ela foi feita, penso que em 2007.

Isto tudo para vos dizer que a crise que se iniciou em 2008 teve um efeito muito significativo no conjunto destas participações financeiras. Em fins de dezembro de 2007, o valor de mercado da carteira de participações de empresas cotadas detidas pela Caixa era de 2,1 biliões, com o valor de

aquisição de 1,7 biliões. Havia, na minha opinião, cerca de 400 milhões de mais-valias potenciais.

Um ano depois, em dezembro de 2008, e acrescida a carteira com ações da EDP Renováveis e da Brisa, o seu valor tinha sido reduzido para 1,2 biliões.

É evidente que tudo isto, acompanhado da redução da margem financeira, levou a uma alteração, a uma diminuição, digamos, dos resultados que se refletiu nos dividendos pagos e nos impostos correntes.

Neste quadro (*Slide 48*), o que tentei dizer é que entre 2000 e 2015 houve 3,9 biliões de aumentos de capital da Caixa Geral de Depósitos. E, nesse mesmo período, o acionista recebeu 2,4 ou 2,5 biliões em dividendos e — peço desculpa por não estar escrito — recebeu 1,2 biliões em impostos.

Não tenho aqui referidos os anos dos impostos de 2000, de 2001, de 2002 e de 2003, o que me leva a dizer que neste período o acionista recebeu em dividendos e impostos um montante não inferior ao montante dos aumentos de capital.

Tentei um resumo dos aumentos de capital entre 2004 e 2015 no sistema financeiro e, mais uma vez, vale a pena olhar para a última linha (*Slide 50*), onde os Srs. Deputados encontrarão que entre 2008 e 2015 a Caixa Geral de Depósitos teve aumentos de capital da ordem dos 2,8 biliões; o Millennium BCP da ordem dos 5,5 e os outros bancos aquilo que aqui está registado e que os Srs. Deputados veem.

Termino a minha apresentação com o que eu chamo o quadro mais conhecido da crise que ainda vivemos (*Slide 51*). A uma cor mais clara — nos papéis distribuídos é a azul — está a capitalização bolsista de alguns grandes bancos em julho de 2007...

O Sr. **Presidente**: — O melhor é dizer «a bola maior».

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — É a bola maior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Representada a azul mais escuro está a capitalização bolsista em janeiro de 2009, ou seja, um ano e meio depois. É a realidade que aconteceu e é uma realidade que envolve nomes que os Srs. Deputados, de certeza, ouviram. Envolve o HYPO Bank, na Alemanha, onde se fala de 7,7 biliões; o Commerce Bank, onde se fala de 18,2; na Bélgica, fala-se do Fortis Bank e do Dexia; do Fiona Bank, na Dinamarca; no Reino Unido, do Northern Rock — que me lembre, foi a primeira vez que vi na televisão filas à porta de um banco —, do Royal Bank of Scotland e, nos Estados Unidos, os três grandes apanhados logo no começo desta crise, a Fannie Mae, a Freddie Mac e a AIG (American International Group), que era, para as pessoas dos seguros, a instituição mais sólida e quase sagrada que havia em todo o setor financeiro dos seguros.

Srs. Deputados, espero ter cumprido o *timing* que o Sr. Presidente não me deu e que lhe sugeri,...

O Sr. **Presidente**: — Quase, quase!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — ... com algumas poupanças — daí o «quase». Obviamente, estou, como não podia deixar de ser, às vossas ordens.

Durante a intervenção, foram projetadas imagens, que podem ser vistas no final da ata.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Santos Ferreira, pela exposição e pelos elementos que aqui nos deixou.

Como já tínhamos conversado e de acordo com a rotatividade que caracteriza os trabalhos desta Comissão, cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata iniciar a ronda de perguntas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adão e Silva.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, saúdo-o, agradeço-lhe as informações que aqui nos trouxe e agradeço também, por antecipação, aquelas que nos vai trazer.

Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, antes de chegar à Caixa Geral de Depósitos, qual era a sua experiência a nível da gestão de bancos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, a minha experiência, em matéria de gestão de bancos, era a seguinte: fui, primeiro, administrador e, depois, presidente da Mundial Confiança, na altura em que era a *holding* do grupo do Sr. António Champalimaud e em que não havia ainda as normas sobre conglomerados que depois passaram a haver, mas mantínhamos um acompanhamento muito, muito de perto do Banco Pinto & Sotto Mayor, do Banco Totta, do Banco Predial Português e do Banco Chemical, que eram as unidades que integravam o universo financeiro do grupo Champalimaud. Para além disso, era administrador não executivo de um banco em Macau.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — O Sr. Doutor reconhece que essa experiência no setor bancário o habilitava plenamente para presidir à Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tenho a convicção de que é importante saber-se do negócio e é importante ter-se experiência de vida.

Não lhe vou falar do meu currículo — porque seria maçá-lo a si e maçar todos os presentes, aliás, porque ele é público —, mas o Sr. Deputado, provavelmente, encontraria lá a resposta que lhe vou dar.

E a resposta é que sim, achava que tinha as qualificações necessárias para exercer essas funções. Se assim não fosse, não as teria aceitado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A sua nomeação é uma nomeação muito rápida, feita por um Ministro das Finanças que tinha acabado de ser nomeado.

A sua nomeação corresponde a quantos dias de presença no Ministério das Finanças do então Ministro da pasta? Recorda-se?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas não me recordo.

Quero dizer-lhe que ouvi uma parte da audição do Prof. Teixeira dos Santos e ouvi a audição do Dr. Vítor Martins.

Recordo-me de ter sido convidado nos finais do mês de julho, tentei encontrar ou determinar o dia e não consegui. Mas recordo-me de ter sido convidado nos finais do mês de julho e recordo-me — isso é fácil, porque vi e relembrei a memória — de a Assembleia Geral que me elegeu ter decorrido a 4 de agosto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Acha que a sua nomeação é fruto de pressão política do então Primeiro-Ministro José Sócrates?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, nunca falei com o Primeiro-Ministro antes de ser convidado pelo Prof. Teixeira dos Santos.

Portanto, se me permite, a resposta é: tanto quanto eu saiba, não.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Mas falou com o anterior Ministro das Finanças, o Prof. Campos e Cunha?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Também não falei, Sr. Deputado, e calculo que o Prof. Campos e Cunha não tenha dito que falei. Não ouvi a audição dele, mas também não falei com o Prof. Campos e Cunha.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, temos a informação de que o Sr. Prof. Campos e Cunha lhe telefonou, estava V. Ex.^a em Macau.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não falámos pelo telefone de nada sobre a Caixa, nem nada.

Houve um telefonema do Prof. Campos e Cunha, que me perguntou quando é que eu voltaria a Lisboa, onde é que eu estava e quando é que voltaria a Lisboa, e eu respondi-lhe. Não estava em Macau, Sr. Deputado, se me permite, estava em Banguécoque, a caminho de Macau. Estava em

Banguécoque e respondi-lhe que voltaria daí a 15 dias ou três semanas ou o que fosse, já não me recordo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — É que o Prof. Campos e Cunha disse-nos até que, depois de ter falado com o senhor, percebeu que trabalhava ligado ao grupo do Sr. Stanley Ho e que tinha ficado com algum incómodo em relação a essa matéria.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, já não me recordo, como lhe digo, dos termos do telefonema, mas é provável que eu lhe tenha dito que estava em Banguécoque, a caminho de Macau, onde ia, efetivamente, participar numa reunião do Conselho de Administração do banco que lhe referi.

Mas julgo que nunca falei — julgo não, tenho a certeza — com o Prof. Campos e Cunha enquanto ele foi Ministro. Encontrei-me várias vezes com ele na vida, não penso que nem ele nem eu sejamos pessoas muito sociáveis, mas encontrei-me com ele várias vezes na vida.

Lembro-me de que uma vez nos encontrámos numa inauguração, numa pré-inauguração de uma exposição de arte de um grande amigo comum; encontrei-me com ele quando ele estava à frente da área de Economia da Universidade Nova — não me pergunte em que ano, mas sei que foi depois de ele ser Ministro — e temo-nos encontrado pela vida. Mas é isto, não é?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Só para que fique bem claro: o Sr. Doutor é convidado para a presidência da Caixa Geral de Depósitos pelo Sr. Prof. Teixeira dos Santos sem qualquer pressão, que o senhor saiba, de qualquer outra personalidade, nomeadamente do Sr. Primeiro-Ministro de então?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — A resposta, Sr. Deputado, é, claramente, sim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A pergunta é: pode-nos referir que razões invocou, eventualmente, o Sr. Prof. Teixeira dos Santos para o convidar para a presidência da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, na minha escola não se pergunta aos acionistas as razões por que fazem as coisas.

Aquilo que perguntei ao Prof. Teixeira de Santos — isso sei que perguntei — foi o que é que ele esperava de mim e ele referiu-me o que é que esperava de mim.

Nunca me passaria pela cabeça perguntar a um acionista porque é que ele me convida. Nunca o fiz relativamente a outras entidades para quem trabalhei, não ia fazer isso relativamente ao Prof. Teixeira dos Santos. Mas perguntei-lhe o que é que ele queria que fosse feito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A pergunta é óbvia: e o que é que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças na altura lhe respondeu em relação ao que pretendia de V. Ex.^a?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, aquilo que o Sr. Ministro me disse foi o seguinte: queria, efetivamente, que a Caixa incentivasse o crédito às empresas; queria, efetivamente, que a Caixa apoiasse a internacionalização das empresas portuguesas e queria que isto fosse feito com eficiência e olhando com cuidado para o *cost/income*.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A nomeação de V. Ex.^a para Presidente da Caixa Geral de Depósitos foi considerada, na altura, como surpreendente, nomeadamente por alguns funcionários da Caixa ligados a estruturas sindicais.

A minha pergunta é óbvia: por que é que o senhor acha que foi considerada surpreendente?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas nem sequer sabia que tinha sido considerada surpreendente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Eu talvez possa dar uma pequena opinião, se me permite.

Olhando para o calendário, para a fita do tempo da sua nomeação, não há dúvida nenhuma de que tudo acontece de uma forma muito rápida entre a chegada do Prof. Teixeira dos Santos a Ministro das Finanças e a sua nomeação.

Não acha que pode ter algo a ver com esta razão de a fita do tempo ser tão curta, tão estreita, tão apertada?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas não percebi o alcance da pergunta.

Ou seja, no fundo, aquilo que o Sr. Deputado me diz é que o Prof. Teixeira dos Santos demorou pouco tempo a ponderar se me convidava para presidir à Caixa ou não? É isto?

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Tal qual.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se é isto, não faço ideia de quantos dias é que passaram desde que o Prof. Teixeira dos Santos foi nomeado Ministro até me convidar, sendo que na vida já tomei decisões mais lentas e mais rápidas do que os dias que isso durou.

O Sr. **Presidente**: — Só um instante, Sr. Deputado.

Mea culpa, devia ter dito uma coisa ao Dr. Santos Ferreira e não disse, mas digo agora: estamos numa Comissão de Inquérito, o Sr. Doutor é obrigado a responder a factos; quanto a questões opinativas, está no seu direito de não responder. Faço sempre este aviso e já o devia ter feito no início.

Sr. Deputado Adão e Silva, tem a palavra.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, creio que não ficou claro um ponto, que é o seguinte: qual era a sua relação de conhecimento com o Prof. Teixeira dos Santos antes desse convite?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, conheci-o quando foi Secretário de Estado do Prof. Sousa Franco. Se me permite — se calhar isto também são considerações —,...

O Sr. **Presidente**: — Isso não depende de si, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — ... enfim, eram relações normais entre alguém que presidia a *holding* de um grande grupo privado e um Secretário de Estado das Finanças — penso que era das Finanças e do Tesouro.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Era Secretário de Estado do Tesouro.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Mas não eram relações particularmente — como é que hei de dizer... — próximas. Nunca fui visita de casa do Prof. Teixeira dos Santos, nem ele da minha, e disso me penalizo, porque lhe ganhei apreço durante os dois anos em que trabalhei na Caixa. Mas não tínhamos outra relação que não fosse a relação que acabei de referir.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Iria passar agora para as decisões que V. Ex.^a tomou na direção da Caixa, mas começava já com uma pergunta básica,

que nos parece importante, quanto à relação entre a Caixa e o acionista, nomeadamente o Ministério das Finanças.

Sentiu que, nas decisões que veio a tomar ao longo do seu mandato, que, aliás, não concluiu... O senhor não concluiu o seu mandato, certo?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Com todo o respeito, Sr. Deputado, o meu mandato terminava a 31 de dezembro e, efetivamente, a minha carta de renúncia é de 27 de dezembro. Portanto, a resposta é: sim, não concluí o meu mandato, por três dias.

Se me pergunta que relações é que o Conselho de Administração da Caixa tinha com o acionista, Sr. Deputado, eu diria que eram as relações normais que um Conselho de Administração tem com o seu acionista.

O que é que eu me permitiria dizer sobre isto? Não me passaria pela cabeça discutir atos de gestão com o acionista, não me passaria pela cabeça tomar algumas decisões claramente do foro do acionista sem aferir isso com ele.

Permita-me um exemplo: decisões respeitantes ao perímetro de consolidação, é óbvio que é um tipo de decisão que eu não tomaria sem falar com o acionista.

Dou-lhe um exemplo concreto: a iniciativa que foi tomada de aquisição da maioria de capital de um banco em Angola. Não me passaria pela cabeça não discutir isto com o acionista.

Deixe-me dizer-lhe que as relações — e peço desculpa, se calhar, pelo tempo que estou a tomar — decorriam sempre muito a dois níveis: periodicamente, uma periodicidade não regular mas que eu diria de mês e meio a dois meses, havia um almoço no Ministério das Finanças onde estava o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, o Dr. Carlos Costa Pina, e do lado da Caixa estava eu e o Vice-Presidente, o Dr. Maldonado Gonelha. Era um almoço de trabalho onde, efetivamente, se

falava do setor, se falava da Caixa e eu tinha temas recorrentes com o Sr. Ministro. Por exemplo, quanto ao banco postal, nunca apoiei a ideia de um banco postal e isto não era uma posição pacífica, nomeadamente, ao que julgo saber, dentro do Governo, mas era aquela que eu achava que defendia os interesses da Caixa.

Dou-lhe o exemplo de uma alteração do perímetro de consolidação: não me passaria pela ideia que a área de seguros avançasse para uma PPP como Cascais sem falar nisso com o acionista. Claramente era assim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Concretamente na atribuição de créditos a empresas, já o Sr. Doutor hoje foi dizendo que um dos aspetos que lhe tinha sido dito pelo Ministro era que se incentivasse o crédito às empresas, V. Ex.^a sentiu alguma vez pressão da parte do acionista para atribuição desse crédito a esta ou àquela empresa?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, de uma forma muito clara, não, nunca senti pressão e, mais do que isso, nunca o Sr. Ministro das Finanças me referiu qualquer caso de crédito que devesse ser ou não concedido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Deixe-me abordar mais intensamente esta questão dos créditos às empresas. Tem sido referido pela imprensa e por diversas entidades, e não desmentido, que alguns dos mais graves problemas ao nível do crédito concedido pela Caixa Geral de Depósitos ocorreu durante

o tempo em que V. Ex.^a presidiu à Caixa Geral de Depósitos. V. Ex.^a tem a consciência deste facto?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, aquilo de que tenho a consciência é o que resulta dos números que acabei de expor à Comissão. Efetivamente, aquilo que acontece é que esses problemas a que o Sr. Deputado se refere não de necessariamente estar refletidos em números e esses números não de ser, digamos, as imparidades que estão registadas e auditadas.

O Sr. Deputado fará depois o favor de ver que, efetivamente, esse volume de imparidades é consistente com as imparidades do setor e, se me permite, por alguns casos negativos que o Sr. Deputado tenha em mente devem existir outros positivos, digo eu. Mau fora!...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Esse balanceamento era o esperado, sendo certo, já agora, para invocarmos mais uma vez o Prof. Campos e Cunha, que nos disse aqui durante a audição — e estou a citá-lo de cor — que as asneiras cometidas nos bancos pagam-se cinco ou seis anos depois de serem cometidas. Não quero que V. Ex.^a comente, mas se quiser comentar faça favor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, há, efetivamente, uma carta-circular da Caixa Geral de Depósitos de 2014 que tem as imparidades por anos de originação. É pública. Na verdade, tive acesso aos documentos que eram públicos, e se o Sr. Deputado fizer a gentileza de ver encontrará que os montantes das imparidades nos

períodos de 2005-2007, 2008-2010, 2011-2013 são montantes muito similares e muito equilibrados uns com os outros.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, correndo eventualmente o risco de errar, dizendo mais ou dizendo menos, Vale do Lobo, Pescanova, Autoestradas do Douro Litoral, Grupo Lena, Grupo Espírito Santo, foram empresas a quem foi atribuído crédito durante o tempo em que V. Ex.^a governou a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, deixe-me dar-lhe conta de uma dificuldade: eu não tive, como o Sr. Deputado sabe, acesso a documentos que não fossem públicos e, para lhe responder «sim» ou «não» a essa sua questão, eu teria de ter confirmado que isso era assim. Podia estar a mentir-lhe se lhe respondesse quer sim quer não.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Certo. Respeito essas suas limitações, com certeza, nem podia ser de outra maneira, mas a questão é que os volumes financeiros para estas empresas eram de tal ordem e, já agora também, o desastre foi de tal impacto que, respeitando, obviamente, a sua incapacidade de responder com rigor a esta Comissão, tenho de lhe fazer outra pergunta: afinal, quais eram os procedimentos para a atribuição do crédito, nomeadamente de crédito de volume mais elevado, vamos dizer, para tentar seleccionar, com valores acima de 50 milhões de euros? Qual era o mecanismo para que, no fundo, tudo fosse muito claro, muito transparente e que, apesar de todas as vicissitudes, as coisas tivessem sucesso?

O Sr. Dr. Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira: — Sr. Deputado, o crédito concedido de montante acima dos 50 milhões de euros, que o Sr. Deputado referiu, era concedido pelo Conselho Alargado de Crédito.

O Conselho Alargado de Crédito tinha uma regulamentação, e permita-me que lhe diga que, no primeiro dia em que reuniu o Conselho de Administração, publicámos uma ordem de serviço que, era *ipsis verbis*, a ordem que estava publicada no tempo do Dr. Vítor Martins, apenas com diferença do dia em que se reunia o Conselho Alargado de Crédito e o Conselho de Crédito. Era, portanto, irrelevante.

Como é que funcionava o Conselho Alargado de Crédito? O Conselho Alargado de Crédito tinha essa competência que o Sr. Deputado referiu e tinha uma composição e um modo de funcionamento. Era presidido por mim, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na minha ausência, pelo Vice-Presidente, e tinha a presença obrigatória de quatro administradores, um dos quais o Presidente.

Tinha também a presença obrigatória do Diretor de Risco, do Diretor de Assuntos Jurídicos e do Diretor Comercial que propunha a operação.

Como havia, no Conselho Alargado de Crédito, em média, entre 10 e 20 operações em cada reunião do Conselho, era tradição que os restantes diretores comerciais, ou representantes da Caixa Banco de Investimento ou da área internacional que também apresentavam as suas propostas, estivessem presentes, aguardando a vez de defenderem a sua proposta.

Finalmente, este Conselho Alargado de Crédito deliberava, e dessas deliberações era produzida uma ata que era feita pelo secretário-geral, que na esmagadora maioria do tempo estava presente, ata essa que era depois distribuída por todos os administradores, quer presentes, quer não.

O que isto significa é que o Conselho Alargado de Crédito reunia numa sala do tamanho desta, diria eu, e teria presentes cerca de 15 a 20

pessoas por reunião. Este era o funcionamento do Conselho Alargado de Crédito.

O Conselho de Crédito aprovava crédito para operações entre 10 e 50 milhões. Era presidido pelo Vice-Presidente, não requeria a presença de quatro administradores mas de três, mas requeria do mesmo modo a presença do Diretor de Risco, do Diretor dos Assuntos Jurídicos, do Diretor Comercial que propunha as operações e tinha, verdadeiramente, o mesmo número de pessoas presentes nas deliberações.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, para clarificar: V. Ex.^a, como Presidente, presidia a estes Conselhos em que eram atribuídos esses grandes créditos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, aquilo que está na ordem de serviço, e assim se verificava na prática, é que o Conselho Alargado de Crédito era presidido pelo Presidente do Conselho de Administração. O Conselho de Crédito era presidido pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Ficamos um pouco perplexos como é que V. Ex.^a, com essa responsabilidade que assumia, não se recorda se foi ou não no seu tempo que foram atribuídos aqueles créditos àquelas empresas.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, permita-me que volte a dizer o seguinte: não consegui calcular e,

mais do que calcular, não consegui saber quantas operações, em média, por ano, passariam pelo Conselho Alargado de Crédito. Fiz uma mera extrapolação dizendo que seriam entre 10 a 20, e, portanto, cerca de 1000 operações por ano.

Sr. Deputado, quando se passam 1000 operações por ano e se quer dar uma resposta numa Comissão de Inquérito como esta, em que não há opiniões, há factos, verdadeiramente, tenho de lhe responder que tenho essa dificuldade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Já nos disse que havia atas dessas decisões do Conselho Alargado de Crédito a que V. Ex.^a presidia. Assim, pergunto-lhe: essas reuniões eram gravadas?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, isso não sei, mas havia atas que eram feitas pela Secretaria-Geral; em 90% dos casos era o Secretário-Geral, que estava presente. Não me pergunte — isso não sei mas a Caixa sabe, com certeza — se, para fazer a ata, o Sr. Secretário-Geral, que era nesse tempo o mesmo que ainda é hoje, se socorria ou não de elementos gravados. Verdadeiramente, não sei, mas a Caixa sabe, de certeza.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, as minhas últimas perguntas têm a ver com os créditos para aquisição de participações financeiras no BCP.

Um dos procedimentos mais questionados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido a concessão de financiamentos, no valor de cerca de 1000 milhões de euros, a um grupo de investidores para aquisição de participações no BCP. Este grupo terá dado como garantia as próprias ações. A minha primeira pergunta é a seguinte: quem foram os maiores investidores que receberam esses financiamentos da Caixa Geral de Depósitos? Recorda-se dos nomes?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não me recordo dos nomes, mas recordo uma coisa diferente, que é do crédito para o financiamento para a aquisição de ações. Tenho essa matéria muito presente e, se me der licença e autorização, falarei sobre isso.

Em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe que os financiamentos destinados à compra de ações eram e são legais. Ponto um.

Ponto dois: esses financiamentos eram uma prática que eu diria normal na maioria — só não digo em todas porque não tenho a certeza — das instituições portuguesas e estrangeiras e não eram um exclusivo do banco público. Repito: não eram um exclusivo do banco público.

Muitos e bons grupos portugueses e estrangeiros, num determinado momento do seu percurso, tiveram *acquisition projects*, digamos, financiamento para a aquisição de ações, dando como garantia as próprias ações e, eventualmente, outras garantias.

No período em que tive a honra de presidir ao Conselho de Administração da Caixa, e sei que rentabilidades passadas não garantem rentabilidades futuras, o PSI 20 subiu 13,4%, em 2005, 29,9%, em 2006, e 16,3%, em 2007.

Tenho a profunda convicção de que todos estes financiamentos foram aprovados, dependendo do seu montante, obviamente, de acordo com os

procedimentos que estavam estabelecidos ou pelo Conselho Alargado de Crédito ou pelo Conselho de Crédito.

Finalmente, se me permite, não tenho memória, porque não tenho memória concreta, mas tenho a convicção de que em nenhum desses financiamentos as garantias eram de valores inferiores ao crédito. Tenho aí a convicção e a certeza, diria, ou a grande convicção, de que em todos os casos existia a obrigação de, caso o valor da garantia diminuísse, o mutuário repor o seu valor através de ativos aceitáveis pela instituição.

O Sr. Deputado falou, fundamentalmente, do financiamento de ações para aquisição de ações do BCP. Passei vários anos a ouvir falar, digamos, do assalto ao BCP. Achei mal, mas achei que não me cabia, digamos, explicar o que se tinha passado. E achei mal porque, efetivamente, se tivesse explicado logo ao começo, provavelmente, não estaríamos a falar do assunto hoje.

A Caixa, como está na exposição que fiz, tinha, na altura da Assembleia Geral em que fui eleito para o BCP, 2,2% diretamente. A Caixa tinha diretamente isso, não sou capaz de lhe dizer quanto é que tinham os fundos de pensões ou os seguros, mas se não era 2,2%, era 2,5% ou 2,6%. Era o que a Caixa tinha de ações próprias na sua carteira.

Lembro-me que — isto às vezes há premonições — antes da assembleia geral do BCP perguntei, e responderam-me, na altura, e tenho esse número presente, que a Caixa tinha 7,8% de ações do BCP penhoradas ou cativas. Portanto, em financiamentos para aquisição de ações do BCP garantidos por ações do BCP, a Caixa tinha 7,8% do capital do BCP.

Na Assembleia Geral em que fui eleito, esteve presente 71,5% do capital do BCP — repito, 71,5%. No ponto da eleição do conselho de administração votou 71,4% do capital do BCP.

Quem eram os grandes acionistas do BCP nesse momento, nessa assembleia geral? Não sei como é que os acionistas votaram. O voto é

secreto. Sei, porque o registo é público, quem eram os acionistas qualificados que estavam presentes.

O maior acionista do BCP presente nessa assembleia geral era o Grupo BPI, que tinha 7,84%; a seguir vinham a Eurico, que tinha 7,7%, o Grupo Teixeira Duarte, que tinha 6,6%, o Comendador Berardo, que tinha 5,2%, a Sonangol, que tinha 4,9%, o Sabadell, que tinha 4,4%, o Grupo EDP, que tinha 3,2%, a UBS, que tinha 3,2%, e por aí fora.

A lista que eu encabeçava e que defrontava outra, encabeçada por um nome conhecido e respeitado, teve 97,7% dos votos presentes. A outra lista teve 2,1% dos votos presentes. O que quero dizer com isto é que, efetivamente, não foram, de certeza, nem as ações detidas em carteira pela Caixa — e não me recordo se a Caixa estava presente ou não, admito que estivesse — nem ações financiadas que fizeram a diferença entre 97% e 2% dos votos, com 71% do capital.

Estava a ver se tinha aqui — mas é público, peço desculpa — a lista dos acionistas qualificados presentes nessa assembleia geral, mas ela é pública, está nas assembleias gerais.

Resumindo, efetivamente, era isto que gostava de dizer ao Sr. Deputado sobre este pequeno ponto.

O Sr. **Presidente**: — Fala favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Sr. Doutor, só um pequeno comentário, antes de mais, é realmente estranho que V. Ex.^a nos tenha detalhado este processo com o BCP e não tenha memória daqueles processos abordados lá atrás, de atribuição de créditos que se revelaram um desastre completo para a Caixa Geral de Depósitos e para todos nós, em boa verdade.

Deixe-me só fazer um segundo comentário: V. Ex.^a deu-nos alguns detalhes sobre esta questão dos créditos concedidos a investidores que, mais

tarde, estavam a votar na assembleia geral a eleição de V. Ex.^a como presidente do conselho de administração do BCP.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se me permite uma breve nota sobre o seu primeiro *statement*, diria que neste último mês, ou mais, tentei preparar-me para esta audição, e preparar-me para esta audição significa ler os relatórios e contas e os documentos que encontrei que fossem públicos. Tudo aquilo que lhe disse agora sobre a assembleia geral do BCP, o Sr. Deputado pode encontrar em documentos públicos da assembleia geral do BCP de janeiro de 2008. É normal que me lembre disto porque fui consultar, fui ler, fui estudar. Sei.

Peço desculpa, com isto, perdi-me relativamente à sua verdadeira questão, que era a segunda.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — A minha verdadeira questão era sobre o financiamento dos investidores...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Ah, se estavam presentes...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — ...cujos nomes V. Ex.^a não se recorda,...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não, não!

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — ... que foram financiados pela Caixa Geral de Depósitos e que estavam, depois, a votar no nome de V. Ex.^a para presidente do BCP nessa assembleia geral.

Já não tenho mais tempo, Sr. Presidente, e não farei mais perguntas obviamente.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se o Sr. Presidente me permite, sublinhava o que tinha dito.

Ponto um: sei, porque nessa altura perguntei, qual era o montante de ações do BCP dadas de penhor à Caixa, e eram 7,8%. Sei quem eram os acionistas qualificados presentes, porque a lista é pública. Alguns desses acionistas qualificados presentes, e, se calhar, outros não qualificados, podiam ter ações financiadas pela Caixa. Mas procurei sublinhar ao Sr. Deputado um facto que me deixou sempre tranquilo ao longo destes anos todos: estando presente 71,5% do capital, sendo financiado pela Caixa 7,8% desse capital e tendo a lista que eu encabecei ganho por 97%, as ações financiadas não chegavam para isso, nem a diferença para a segunda lista podia ser, efetivamente, posta em causa.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Dou a palavra ao Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Carlos Santos Ferreira, faço um pequeno parêntesis anterior às perguntas.

Tenho ideia de que com o aperto dos critérios a que os bancos estão sujeitos hoje, na malha regulatória, o Dr. Carlos Santos Ferreira, tendo em conta o seu currículo, muito provavelmente seria o único presidente da Caixa, entre 2000 e 2007, a ser aprovado pelo SSM (*Single Supervisory Mechanism*).

Não sei se seria, ou não, mas digo isto por uma razão muito simples: porque outros vieram do regulador, eram ex-governadores na altura em que foram nomeados e, portanto, dificilmente seriam aprovados. O seu antecessor tinha sido Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, era consultor de uma instituição financeira, mas, pelo menos do currículo que

foi disponibilizado, não tinha experiência efetiva de gestão bancária e de presidir a bancos. Portanto, tendo em conta isto e o seu currículo, suspeito que, muito provavelmente, com as regras que hoje existem de aprovação de administradores, o senhor, nos sete primeiros anos, ainda não fomos mais à frente, seria o único a ser aprovado pelo supervisor europeu.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Se me permite um comentário, Sr. Deputado, com o que sei hoje, garanto-lhe que teria recusado o convite do Prof. Teixeira dos Santos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Dr. Carlos Santos Ferreira, há pouco disse que a pergunta que fez quando recebeu o convite do Prof. Teixeira dos Santos foi: «Para que é que me quer?».

A minha primeira pergunta é: quais foram as orientações exatas do acionista, com o maior detalhe possível, para o seu mandato como Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, como há pouco tentei explicar, as orientações foram rigorosamente as seguintes: aumentar o financiamento às empresas, apoiar a internacionalização das empresas portuguesas. 2005 foi uma fase em que se falava imenso da internacionalização das empresas portuguesas e de fazer isso com uma política de contenção de custos. Sempre entendi essa referência do Prof. Teixeira dos Santos à escola de onde eu vinha, que era uma escola de uma mão razoavelmente fechada em matéria de custos. Estas foram as orientações.

Sendo estas as orientações — e falamos muito do papel da Caixa, mas não é isso que os senhores querem —, sempre entendi estas palavras, sobretudo no que se refere à eficiência, etc., como o Prof. Teixeira dos Santos referindo que a Caixa deveria ser sempre uma instituição de refúgio em momento de crise.

Sempre olhei a Caixa como uma instituição que se batia lado-a-lado com as outras instituições, com uma diferença: num momento de crise era a instituição de refúgio.

Instituição de refúgio, Sr. Deputado, quer dizer, na minha modesta opinião, duas coisas: é a instituição que recebe mais depósitos e que, por isso e por ter o Estado como acionista, tem mais facilidade de acesso ao *funding* internacional e, num momento de crise, pode, nomeadamente, fornecer *funding* aos outros bancos do sistema.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Como veio a acontecer!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Quando entrou na Caixa e recebeu o mandato que acabou de referir do acionista, quais as situações de maior fragilidade, se é que as havia, em que, para cumprir o mandato que lhe tinha sido conferido, maiores mudanças foram necessárias?

Portanto, tendo em conta o mandato que lhe foi dado e a situação que encontrou no banco, quais as áreas em que foi preciso fazer mais alterações, se é que houve alguma, e gostaria que nos pudesse detalhar exatamente o que foi feito e com que resultados, já agora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, percebi que o Dr. Vítor Martins tinha dito isso nesta Comissão de Inquérito, mas eu recebi das mãos do Dr. Vítor Martins – e fica aqui uma declaração de interesses –, por quem tenho uma grande consideração pessoal e profissional, provavelmente, o melhor *dossier* de passagem de testemunho que recebi em muitas situações da minha vida. Melhor, quase de certeza, do que aquele que eu entreguei ao Eng.º Faria de Oliveira, que era muito menos sintético, muito menos trabalhado, e por aí fora.

Julgo que mantive alguns grandes projetos que vinham do Conselho anterior...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Manteve o Líder, por exemplo.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Mantive o projeto Líder que era vital para a Caixa, e mantive-o sob a mesma liderança, que era a do Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Procurei, porque nunca é bom entrarem pessoas a meio do mandato de um Conselho, que os seis administradores que se mantiveram se mantivessem ao máximo com as suas anteriores competências, para causar a menor confusão possível.

Eu diria que achei que a Caixa podia acelerar alguma coisa.

A decisão de vender a participação no Brasil estava tomada e pedi à Dr.ª Gracinda Raposo, que tinha sido administradora e tinha saído exatamente quando eu entrei, que fizesse o favor de me ajudar, de me assessorar e de tomar esse *dossier* – onde a Caixa fez cerca de cento e tal milhões de mais-valias – em mãos e de o acompanhar até ao fim.

Dei continuidade às decisões que tinham sido tomadas sobre Espanha, nomeadamente aprovando o *business plan*, que tinha sido preparado pela equipa que tinha sido já convidada, mas isso não quer dizer nada, porque as

equipas convidam-se, desconvidam-se, e se eu ou o Conselho achássemos que não eram as pessoas adequadas... Mas aprovou-se o plano, fez-se o aumento de capital de 275 milhões – e não necessariamente 250 milhões –, dos quais 100 milhões foram feitos em 2005, 80 milhões em 2006 e 80 milhões em 2007.

Há três iniciativas que talvez sejam diferentes e que gostaria de referir: em primeiro lugar, já estava a funcionar, e penso que criado pelo Dr. Vítor Martins, a área de *compliance*. Hoje, para nós todos, é extremamente angustiante, deixem-me dizer-vos assim, pensar que a área de direção de gestão de risco de um banco como a Caixa tenha sido criada no ano 2000 ou 2001. Ontem! E é igualmente angustiante pensar que a área de *compliance* foi criada em 2004 – e espero não me estar a enganar.

A área de *compliance* era, na altura, liderada por uma pessoa de mérito, que veio, aliás, depois, a ser administrador de um outro banco privado, e lembro-me que o Conselho a que eu presidi convidou para dirigir o gabinete de *compliance*, a pessoa, altamente qualificada também, que ainda é hoje a diretora de *compliance* da Caixa.

Tenho alguma memória das primeiras reuniões, em que, na verdade, o esforço financeiro para comprar sistemas e *software* era verdadeiramente pesado, muito muito pesado. Julgo que os Srs. Deputados têm a noção de que não é possível fazer *compliance* sem investir dezenas de milhões de euros em sistemas. Sem sistemas não há *compliance*!

Lembro-me bem dessa situação, embora não consiga reproduzir as conversas, e digo-vos que a área de *compliance* já estava criada e aí, nessa altura, acelerou.

Penso que o facto de termos alterado o perímetro de consolidação na área dos seguros é diferente. O Sr. Deputado diria que era para mim mais fácil, porque eu conhecia, se calhar, melhor essa área do que a da banca – não sei se conhecia melhor ou pior –, mas o que é facto é que, claramente, a

Caixa alicerçou a sua liderança na área dos seguros, comprando uma companhia portuguesa e — não sei se o assinalei na minha exposição — criando nesse período a Multicare, que hoje toda a gente conhece. As pessoas hoje ou são da Médis ou da Multicare, ou de as outras empresas, há outras igualmente boas, mas, enfim, não vamos aqui...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Os que têm!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não é obrigatório!

Mas também penso que houve duas outras alterações, a tomada da maioria de um banco de Moçambique e todo o trabalho para a Caixa passar a ter a maioria de um banco em Angola. A Caixa a ter a maioria de um banco em Angola não era um assunto líquido naqueles anos.

Diria, Sr. Deputado, que o reforço do *compliance*, o alicerçar a liderança dos seguros, o adquirir a maioria de um banco em Moçambique, o fazer tudo, que ficou preparado, para ter a maioria de um banco em Angola, não sei se são as coisas mais importantes, porque, se calhar, o mais importante eram as pequenas coisas do dia a dia, que já não estão na memória, mas as que referi eram, provavelmente, as mais visíveis.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Houve alguma orientação específica na aposta no crescimento de crédito a empresas? Foi uma aposta genérica, sendo depois a implementação concreta da responsabilidade mais comercial? Qual foi exatamente a estratégia de crescimento de crédito na área empresarial? Se nos pudesse detalhar um pouco mais, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, havia uma orientação genérica, cabia ao Conselho de Administração desenvolvê-la e a Caixa estava – e admito que ainda hoje esteja – numa posição que, penso, seria a da terceira quota de mercado em crédito a empresas. Aliás, julgo que tinha essa mesma posição em 2005 e acabou com o mesmo terceiro lugar de quota de mercado em 2007, embora a quota tivesse crescido.

Não havia nenhuma estratégia delineada pelo acionista, mas aquilo que se passou foi a necessidade de criação ou do reforço dos chamados gabinetes de empresa. Nós partíamos muito atrás em competição quer com o BCP quer, sobretudo, com o BES e, portanto, eu diria que não éramos demasiado específicos na orientação estratégia sobre que tipo de empresas é que queríamos; havia uma ideia clara, que era a de que devia haver apoio às empresas exportadoras e às empresas que se queriam implantar no estrangeiro, mas não havia muito mais do que isso em matéria de orientações de crédito às empresas.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba (PS)**: — Tem alguma ideia do crescimento do crédito às empresas? Se calhar, essas informações não são públicas e não se recorda, mas sabemos que a Caixa melhorou um pouco a sua quota de mercado no crédito às empresas, apostou nesse segmento, mas gostaríamos de perceber um pouco, dentro do crédito às empresas, se foi mais PME, menos PME, mais exportadoras. Se tiver esses números era importante, se não tentaremos encontrá-los.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tive receio que essa pergunta me fosse posta, mas não cheguei lá.

Sabe que esta foi a primeira vez na minha vida em que trabalhei sem *staff*. O Sr. Deputado não tem a minha idade e, portanto, não sente, não sabe o que é isso, mas há uma grande diferença entre termos *staff* e não termos *staff*. Eu, desta vez, fazia as perguntas e, depois, ia para o outro lado da mesa e tentava responder-lhes. E ainda ontem, quando estava a pensar nesta audição, me dei conta que não consegui chegar à discriminação, dentro do crédito às empresas, entre PME e outras empresas, que seria uma matéria que, quase inevitavelmente, seria aqui posta, mas não consegui chegar aí.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Considera que foi bem-sucedido, ou razoavelmente bem-sucedido, em termos de resultados, face ao mandato que tinha?

Não é preciso ver a sua apresentação para concluir isto, porque isto já se sabia da Caixa, mas, se calhar, o que não se sabia era que as duas coisas coincidem, ou seja, uma estratégia de aposta no crescimento de volume de crédito com particular incidência nas empresas onde o risco é maior e, portanto, o risco de imparidades futuras é obviamente mais elevado, ainda assim, com um aumento de capital residual, sendo que o Sr. Doutor conclui o seu mandato com rácios – que estão na sua apresentação e que nos explicou aqui detalhadamente – que me levam a dizer que o banco menos sólido não estava.

Aliás, vemos que há um reforço dos rácios de capital, não há propriamente um crescimento das imparidades e o risco também não cresce. Portanto, perante todos os indicadores, estes e outros que possam existir, parece-me pelo menos objetivo concluir que, tendo iniciado de uma forma,

tendo aumento o volume de crédito, com particular incidência nas empresas, não deixou o banco mais fragilizado, repito, atendendo aos dados que são conhecidos, que são os indicadores de risco, de solvabilidade, de alavancagem, que são normalmente avaliados para concluir sobre a saúde maior ou menor de um banco, embora, como é evidente, a percepção pública seja a oposta. É que se perguntarmos à generalidade das pessoas elas dirão que, olhando para os indicadores que aqui mostrou, eles só podem ser falsos.

E só podiam ser falsos, e era aqui que eu queria entrar, na questão de créditos em concreto e de imparidades.

O Deputado Adão Silva fez aqui uma afirmação que me parece incorreta, ou seja, dizer que um crédito acabou por dar prejuízo não é a mesma coisa de dizer que foi um crédito ruinoso no sentido de, no momento em que foi avaliado,...

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Crédito mal dado!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sim, mal dado.

Um crédito é adequado ou não para uma empresa à luz da informação que existe no momento e respeitados os procedimentos que essa própria empresa instituiu para garantir que a concessão de crédito é feita com rigor e respeitando alguns princípios.

Portanto, não me parece correto concluir que, olhando para o facto de um crédito ter dado prejuízo, foi um crédito que não devia ter sido dado. Até podemos ter créditos que, se calhar, não deram prejuízo e esses é que não deviam ter sido dados, porque, se calhar, não deram prejuízo por sorte.

Mas, como o Sr. Carlos Santos Ferreira aqui falou, podemos sempre referir casos avulsos negativos e, depois, contrapor sempre com outros casos avulsos positivos.

A minha pergunta sobre isso é a seguinte: independentemente dos prejuízos que vieram a dar, o Dr. Carlos Santos Ferreira tem alguma informação ou conhecimento de incumprimento nos procedimentos de concessão de crédito, por exemplo, crédito sem garantias, crédito atribuído sem ir ao Conselho de Crédito ou ao Conselho Alargado de Crédito? Tem conhecimento de alguma operação que tenha, de facto, violado estes princípios? Se sim, o que é que, tendo tomado conhecimento dessa matéria, fez enquanto Presidente do Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, eu acho que cada um, muito menos em público e numa Comissão destas, não deve avaliar a sua própria *performance*.

Não consigo! Não consigo avaliar a minha própria *performance* numa Comissão de Inquérito a uma gestão... Como se dizia, posso oferecer o merecimento dos números, mas não tiraria conclusões desses mesmos números. Limito-me a dizer: os números estão aí!

É óbvio, como eu referi, que este período de 2005 a 2007 parece, pelos números, um bom período, mas também é preciso chamar a atenção, e permita-me que o faça, para o facto de a economia estar a favor — a economia estava a favor! A economia mundial e a economia portuguesa estavam a favor e, portanto, é provavelmente o período mais recente em que a Caixa é gerida com a economia a favor — deve dizer-se isto.

Efetivamente, sobre as imparidades e aquilo que o Sr. Deputado referiu, as imparidades são das poucas certezas que há na atividade bancária. Se me permite...

O Sr. **João Galamba** (PS): — A melhor maneira de não ter imparidades é não ser um banco, não é?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Assim há imparidades zero.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, penso que é a única maneira de não as ter, porque a imparidade é certa.

Agora, a necessidade é comparar os números dessas imparidades num período da vida do banco com os números do sistema.

O Sr. Deputado, no fim, pôs-me uma pergunta direta. Não tive nunca conhecimento de uma operação que não seguisse as formas estabelecidas e espero profundamente que ela nunca tenha existido, porque, se ela existiu, isso significa que há uma falha global do sistema. Há uma falha global de quem devia ter participado e não participou, há uma falha global das direções, que deviam ter alertado e não alertaram, da auditoria que não detetou, dos auditores externos, que deixaram passar, e espero que isso nunca tenha acontecido.

O Sr. **João Galamba** (PS): — E o contrário? Se tivesse acontecido? Imaginemos que o Sr. Doutor tinha conhecimento de que determinadas pessoas no banco tinham dado um crédito de x desrespeitando completamente as normas internas do banco. O que é que aconteceria nesse caso e o que é que aconteceria noutro caso, que era o do Sr. Doutor ter sido cúmplice desse incumprimento? O que acontece, normalmente, da parte do

regulador? Estou a perguntar-lhe isto porque o Deputado Adão Silva disse, há pouco, que as imparidades de hoje vêm de créditos da sua altura.

Não sei se foi ou não, mas é normal que tenham vindo mais da sua altura, de créditos concedidos há 10 anos, quando lá estava, do que de 2000, ou 1998. É que os créditos têm maturidade e, portanto, é normal que, se há uma crise e se, a seguir, há imparidades, que alguns dos créditos tenham sido concedidos durante a presidência dessa pessoa, seja ela qual for. Fosse qual fosse o presidente, seria sempre um presidente com imparidades, porque veio uma crise financeira a seguir. A pergunta aqui é: se o regulador identificar práticas desta natureza, o que faz?

A segunda pergunta é: num processo de recapitalização profundo, onde há auditorias a todo o sistema financeiro português, no âmbito de um programa de ajustamento externo, é ou não expectável que, encontrando-se nessas vistorias e nessas auditorias— que foram feitas, muitas, várias inspeções, pelo Banco de Portugal à Caixa —, de facto, irregularidades graves em 2010, 2011 e 2012 que se reportassem ao período de 2005-2007, elas tivessem sido investigadas e houvesse, pelo menos hoje, passados estes anos todos, algum conhecimento destes factos?

É fácil dizer que houve imensas irregularidades, mas gostava que, havendo irregularidades, alguém as tenha investigado ou investigue e que haja consequências.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, relativamente a uma das suas afirmações, permitia-me sugerir-lhe, porque não tenho o gosto de o conhecer pessoalmente — julgo que é a primeira vez que trocamos palavras — mas dizem-me que o Sr. Deputado é uma pessoa estudiosa, a leitura da carta-circular da própria CGD, de 2014, onde as imparidades estão por ano de originação. Há papéis públicos sobre essa matéria.

Se me permite, e se me der um minuto, diria que era a carta-circular 2/14/DSPDR, do Banco de Portugal, que é uma mensuração da imparidade da carteira de crédito reportada a 30 de junho de 2014.

Sr. Deputado, se alguém, membro do conselho de administração ou presidente, tiver conhecimento de uma irregularidade grave — já nem digo das outras, das outras também —, a primeira coisa que faz é mandar confirmar, pela auditoria interna, o que se passou. A seguir, efetivamente, não há ninguém que queira ficar com esse conhecimento para si. Portanto, entrega-o imediatamente à supervisão, no mínimo.

O Sr. **João Galamba** (PS): — É até um crime, se tiver esse conhecimento, não o fazer, porque tem o dever de reportar às autoridades se tiver conhecimento desse facto, julgo eu.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tem o dever de reportar e por isso disse que não há ninguém que queira ficar com isso para si.

Ponto dois, relativo à sua segunda pergunta: penso que, pelo menos a partir da crise, chamemos-lhe assim, o Banco de Portugal passou a ter uma supervisão que ele próprio chamava de intrusiva e essa...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E que, ao que este Parlamento tem apurado, tem funcionado muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, aquilo que diria é que, a partir de um certo momento, o Banco de Portugal passou a ter equipas do Banco de Portugal sediadas nos vários

bancos. Diria que essas equipas, progressivamente, sabiam tanto do que se passava nos bancos — ou, se calhar, até sabiam mais do que se passava nos bancos — como os próprios conselhos de administração.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Obrigado, concluí a primeira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Passamos então ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, gostaria, antes de mais, de cumprimentar o Dr. Carlos Santos Ferreira, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Começava por lhe perguntar se alguma vez foi contactado por qualquer outra pessoa, antes de ser contactado pelo então Ministro das Finanças, Prof. Teixeira dos Santos, para ser presidente da Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, nunca fui contactado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Prof. Campos e Cunha disse aqui que foi muitas vezes pressionado pelo então Primeiro-Ministro José Sócrates, no sentido de o nomear presidente da Caixa Geral de Depósitos, que terão tido uma conversa telefónica. Confirma esse contacto?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, como disse há pouco, o Sr. Ministro Campos e Cunha telefonou-me estava eu no Oriente. Não tive, nesse telefonema, nenhuma referência,

sequer, à Caixa Geral de Depósitos, tanto quanto me recordo, e ele também, se Deus quiser.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quando foi convidado pelo Prof. Teixeira dos Santos para exercer as funções de Presidente da Caixa Geral de Depósitos, qual foi a missão que lhe foi incumbida? Quais foram as condições, se é que houve, que lhe colocaram? E quais foram as condições que o Dr. Carlos Santos Ferreira colocou para aceitar o convite?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, a missão, como há pouco tentei dizer ao Sr. Deputado João Galamba, assentava fundamentalmente em duas ou três ideias, que seriam aumentar o financiamento às empresas, apoiar a internacionalização das empresas portuguesas e fazê-lo com eficiência.

Não pus condições para aceitar o lugar.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Com que frequência reunia com o Ministro das Finanças? Quais os assuntos que eram tratados? Eram-lhe dadas orientações políticas para a gestão da Caixa nessas reuniões?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, como há pouco julgo que referi — mas, provavelmente, não — havia uma reunião periódica, não de uma periodicidade pré-fixada, mas que diria ser de mês e meio ou dois meses de intervalo, e que se traduzia num

almoço onde estavam o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, eu e o Vice-Presidente da Caixa, que era o Dr. Maldonado Gonelha.

Fundamentalmente, essas reuniões não tinham agenda, não tinham distribuição de ordem de trabalhos, mas abordava-se, obviamente, a situação do setor, a situação da Caixa e, repito-lhe, havia temas, um tema, pelo menos, recorrente no princípio, que era o do banco postal. Era um tema recorrente nesses nossos encontros, mas, à medida que os acontecimentos se desenrolavam, outros eram também objeto dessa conversa. Referi, aqui, efetivamente, várias vezes a matéria da política da Caixa em Espanha, referi a matéria das diretivas e normas — foi por esta altura, creio, que apareceu a diretiva dos conglomerados, o que tinha implicações na Caixa e no respetivo capital —, referi, porque me recordo de ter discutido esse assunto, o problema da candidatura HPP, e por aí fora.

Não havia, e não podia haver, com todo o respeito, conversa, discussão ou troca de impressões sobre casos concretos do dia a dia. Isso, efetivamente, não havia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Nunca abordaram, por exemplo, a questão da OPA da Sonae à PT e o posicionamento da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, nunca abordámos essa matéria antes da OPA, pelo menos não me lembro de a ter abordado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Como é público — conhecerá certamente — foram intercetadas as escutas onde se ouvem o Dr. Armando Vara, já quando estava no BCP, e o Dr. Carlos Santos Ferreira a tentarem convencer o então Secretário de Estado do Desporto, Laurentino Dias, para que Governo pressionasse a Caixa a financiar com urgência a Parkalgar, isto por causa do Autódromo Internacional do Algarve.

Era uma prática corrente, quando estava na Caixa Geral de Depósitos, haver telefonemas do Governo a pressionar para empréstimos, para participações?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não sabia da existência desse telefonema que referiu, não fui eu que o fiz, como, aliás, o Sr. Deputado referiu. Queria dizer-lhe que não era prática e, sobretudo, não me lembro de haver telefonemas desse tipo. Confesso-lhe que acho que as pessoas até teriam dificuldade em fazerem-me esse tipo de telefonemas, mas, enfim, se calhar aqui estou a falar mais do que devia...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sobre as dificuldades e as facilidades, não sabemos, aliás, até era interessante apurar. Perguntava-lhe porque ter este à-vontade para ligar a alguém do Governo para pressionar a Caixa Geral de Depósitos, por parte de alguém que tinha vindo da Caixa Geral de Depósitos, pareceria que esse à-vontade refletiria alguma prática que pudesse estar mais ou menos institucionalizada...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não sou, de certeza, a melhor pessoa para comentar essa prática.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sobre o Vale do Lobo, alguns funcionários da Caixa Geral de Depósitos ouvidos na Operação Marquês falaram de ordens superiores para que a Caixa entrasse neste empreendimento. E a verdade é que a entrada da Caixa neste empreendimento parece ser relativamente imprudente, porque, tendo em conta o volume do empréstimo, deveria ter entrado como um sindicato bancário mas entrou sozinha. Inicialmente, concedeu um empréstimo de 200 milhões de euros, exigindo que os investidores demonstrassem que tinham capitais próprios; essa demonstração não aconteceu e, portanto, a Caixa *acabou por entrar, ela própria, no capital da **Resort Park**. Porquê? Qual era a razão para a Caixa fazer esta operação? E que ordens superiores eram essas?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não sei de nenhuma ordens superiores. E deixe-me dizer-lhe o seguinte: pretendia-se, numa certa altura, atingir um apoio, de forma mais transversal, à economia, e um apoio que fugisse meramente do crédito à habitação e do crédito à promoção imobiliária. Julgo que foi já nesta linha que, no tempo do Prof. António de Sousa, o BNU foi integrado na Caixa.

Em 2006, decorria a campanha *Living in Portugal*, cujo objetivo era vender habitações obviamente não citadinas a cidadãos estrangeiros, maioritariamente irlandeses. E, à época, havia três empreendimentos turísticos de maior projeção internacional, que eram: a Quinta do Lago, Vale do Lobo e Vilamoura. Ora, foi nessa lógica que pareceu aceitável que a Caixa assumisse uma posição de 25% no capital da sociedade Vale do Lobo – Resort Turístico de Luxo.

Se me pergunta se isto não faz aumentar o risco, respondo-lhe que faz aumentar o risco; podia fazer aumentar os resultados, mas fazia aumentar o risco, como efetivamente parece ter acontecido.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Parece, efetivamente, ter acontecido. Sobre o Conselho de Crédito, quando assume a presidência da Caixa Geral de Depósitos, há uma alteração do Conselho de Crédito. Confirma?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Peço-lhe imensa desculpa, Sr. Deputado, mas não julgo que tenha havido alguma alteração do Conselho de Crédito.

A ordem de serviço relativa ao Conselho de Crédito, que era um assunto tratado de uma forma extremamente formal na Caixa Geral de Depósitos, é publicada no dia da primeira reunião do Conselho de Administração, em 4 ou 5 de agosto. E essa ordem de serviço reproduzia *ipsis verbis*, como tive oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Adão Silva, a ordem de serviço do tempo do Dr. Vítor Martins, com a exceção do dia da reunião e com a exceção obviamente do nome dele, como Presidente do Conselho Alargado de Crédito que era até aí, e que passou a ser o meu. Os nomes constavam da ordem de serviço. Agora, competências, presenças, forma de deliberação e tudo o mais foi rigorosamente idêntico.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Reformulo a minha questão: houve uma substituição de pessoas no Conselho de Crédito? Os procedimentos

podem ter-se mantido mais ou menos os mesmos, ou os mesmos, mas houve uma substituição de pessoas no Conselho de Crédito?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, aquilo que houve, se bem estou a perceber o alcance da sua pergunta, é que, tendo saído administradores que tinham a área comercial, entraram para o Conselho de Crédito administradores que ficaram com a área comercial.

Na distribuição de pelouros, que consta da minha apresentação, o Sr. Deputado verá que o Vice-Presidente, o Dr. Maldonado Gonelha, manteve sempre a direção de crédito a grandes empresas e, efetivamente, houve administradores que saíram, que tinham as áreas comerciais e que foram substituídos pelo Dr. Bandeira e pelo Dr. Armando Vara. E estes dois administradores, tendo as áreas comerciais, passaram a ir aos Conselhos de Crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O Dr. Vítor Martins, simplificando os procedimentos para a concessão de créditos, principalmente dos maiores, disse que eles eram discutidos em Conselho de Crédito, que eram depois vistos pela Direção de Gestão de Risco e também pela Direção de Assuntos Jurídicos, enfim, que havia esse procedimento. Esse procedimento manteve-se mais ou menos assim?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, as propostas da área comercial eram objeto de parecer da Direção de Gestão de Risco antes do Conselho de Crédito. No decurso das reuniões do Conselho de Crédito, onde estavam presentes o

diretor de risco e o diretor dos assuntos jurídicos, a proposta era apresentada pelo diretor comercial. Apresentada a proposta, a Direção de Gestão de Risco dizia o que tinha a dizer e assistia-se a uma troca de impressões entre o risco e a área proponente. Normalmente, a última palavra era da Direção de Assuntos Jurídicos, em matéria fundamentalmente de garantias e contrato. Tudo isto ocorria no decurso do Conselho de Crédito. E só no fim destas trocas de impressões é que havia ou não a aprovação da proposta e dos termos em que a mesma acontecia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Na distribuição dos pelouros que teve a amabilidade de partilhar connosco, o Dr. Carlos Santos Ferreira tem o pelouro da Direção de Gestão de Risco, que, depois, em meados de 2006, é a Direção de Gestão de Risco de Crédito. Portanto, a concessão de grandes créditos passariam obrigatoriamente por si.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, não. Deixe-me dizer-lhe: em primeiro lugar, sim, eu sempre tive o pelouro da Direção de Gestão de Risco. Os pelouros que assumi eram, penso, os pelouros do Dr. Vítor Martins — não fui confirmar, mas é esta a grande ideia.

Mas não há na Caixa ninguém que, sozinho, possa despachar, digamos, um crédito. A Direção de Gestão de Risco depender de um administrador, depende dele por razões administrativas, se quiser, mais pessoas menos pessoas, mais promoções menos promoções, e o diretor de risco da Caixa foi nomeado pelo Prof. António de Sousa. Era o Prof. Vasco d'Orey e foi diretor de risco da Caixa até 2009 ou 2010. E o atual diretor de risco da Caixa era, no meu tempo, o n.º 2 do Prof. Vasco d'Orey.

Aquilo que eu sempre tive combinado com o Prof. Vasco d'Orey foi que ele me alertaria para alguma situação que visse antes do Conselho de Crédito, e algumas situações mais complexas, muitas vezes, poderiam nem sequer chegar, através deste mecanismo, a ir a Conselho de Crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Eu não estava a insinuar que houvesse uma pessoa isolada que fizesse o despacho de crédito. Estava a tentar perceber qual era o grau de conhecimento que o Dr. Carlos Santos Ferreira teria obrigatoriamente de ter sobre grandes créditos.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, em ambas as ordens de serviço, quer a do Dr. Vítor Martins, quer naquela que foi publicada no meu tempo, as propostas eram distribuídas aos membros do Conselho de Administração até às 14 ou às 16 horas do dia anterior ao Conselho de Crédito. E verdadeiramente era nessa altura que se tomava conhecimento do que se iria discutir na sessão do Conselho de Crédito do dia seguinte.

Eu tinha conhecimento, como lhe disse, das situações que eu chamaria «extremas», que eram aquelas que não deveriam ir. Tirando isso, eu tinha, como todos os outros administradores, conhecimento das propostas e dos pareceres quando eram distribuídos os documentos para o Conselho.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Tinha, então, conhecimento, no primeiro semestre de 2007, de uma grande concessão de crédito, em vários créditos, para a aquisição de ações do BCP. Aquilo que se sabe, o que é

conhecido é que, no primeiro semestre de 2007, terão sido mobilizados cerca de 500 milhões de euros para a compra de ações do BCP, distribuídos por vários empréstimos. Tinha conhecimento?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, volto a dizer o que dizia há pouco: não tendo tido possibilidade de ler esse tipo de documentos, não lhe consigo responder nem «sim» nem «não», porque arriscava-me a mentir-lhe em qualquer destas duas respostas que lhe desse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Compreendo que qualquer pessoa não se lembre muito bem de um acontecimento quando se trata de um acontecimento que acontece regularmente na vida. Mas se, no primeiro semestre de um ano, o ano de 2007, existem vários pedidos de crédito com o fim de adquirir ações do BCP e se são na ordem dos 500 milhões de euros, não deveria lembrar-se? Não houve uma discussão na Caixa Geral de Depósitos sobre a razão pela qual estavam a mobilizar-se tantos recursos para ações do BCP que eram colateralizadas com as mesmas ações?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, como referi há pouco — e se eu me enganar, é de uma forma não deliberada, pelo que fará o favor de não considerar que há qualquer outra intenção —, eu diria que, para manter o nível de crédito, a Caixa Geral de Depósitos, provavelmente, naquela altura, deveria fazer concessão de cerca de 4 biliões de euros por ano — diria eu.

Dito isto — e nem sei se aquilo de que o Sr. Deputado fala aconteceu no âmbito do Conselho Alargado de Crédito ou se aconteceu no âmbito do

mero Conselho de Crédito —, é muito difícil haver memória, quando se está a falar de terem passado à nossa frente 3000 ou 4000 operações, que foi aquilo que provavelmente passou naquele período no Conselho Alargado de Crédito. Para lhe ser franco, não consegui também confirmar este número.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Em 30 de junho de 2007, as ações do BCP estavam a ser transacionadas a 4.14 €. A média do segundo trimestre de 2007 das mesmas ações era 3.30 €. No final de 2007, estavam a ser transacionadas a 2.92 €. Tendo em conta que estas ações eram a garantia dos próprios créditos e tendo em conta a desvalorização brutal que elas tiveram ao longo de 2007, por que é que, até ao final de 2007, não foi pedido um reforço colateral que era dado para esses créditos, já que no próprio ano de 2007 se registaram menos-valias com esses créditos e com esses colaterais?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, normalmente, quando se concede qualquer crédito, há uma margem de segurança. Portanto, o montante da garantia não é igual ao montante do crédito.

E aquilo que pode acontecer é uma, de duas: ou a obrigação do mutuário de repor a garantia através desses mesmos ativos ou de outros aceitáveis para igualar o montante de crédito, ou para igualar o montante de crédito com a margem de segurança.

Não me recordo, Sr. Deputado, durante o ano de 2007, de haver garantias dessas a que o Sr. Deputado se refere que tenham passado abaixo do valor do crédito concedido. E admito que não deve ter havido, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E, no entanto, mais tarde, elas tiveram mesmo de ser pedidas, nomeadamente através das ações da Cimpor, de Manuel Fino, e de obras de arte, de Jo Berardo, porque efetivamente esses empréstimos representaram um negócio bastante ruinosos para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, referi-lhe a evolução do PSI20 em 2005, 2006 e 2007. E nesses três anos o PSI20 subiu.

Espero ter dito na minha apresentação que «rentabilidades passadas não são garantias de rentabilidades futuras» — esta é a expressão que se usa sempre. E, efetivamente, não são. Em 2008, o PSI20 caiu 50%. E deixe-me dizer-lhe que provavelmente — e isso referi — tanto ou maior impacto, e deu origem a imparidades de crédito, foi o impacto que essa queda teve nas próprias ações cotadas que a Caixa Geral de Depósitos tinha em carteira.

As ações cotadas que a Caixa tinha em carteira — e estou a citar de memória — passaram de um valor de 1,7 biliões para 1,2 biliões. Só aí tem uma queda nas ações cotadas das ditas participações estratégicas de 500 ou 600 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Isso é verdade, mas também é verdade que perdas passadas poderiam alertar para perdas futuras e a Caixa já tinha tido perdas significativas com o BCP, com cruzamentos que tinha tido no BCP, no passado. Aliás, ainda em 2004 teve de registar menos-valias significativas por ações que detinha no BCP.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, procurei que a minha exposição inicial fosse sobretudo uma contribuição que gostaria que fosse considerada válida para o trabalho desta Comissão e o Sr. Deputado vê lá que, efetivamente, a origem da participação da Caixa no BCP resulta do desmantelamento do grupo Champalimaud, da venda, etc., etc., etc., etc.

Apenas posso alegar que a percentagem direta de capital do BCP detida em 2005 era a mesma percentagem diretamente detida pela Caixa em 2007. Sr. Deputado, podemos estar a falar de 0,1% ou 0,2%, para cima ou para baixo.

Portanto, não foi efetivamente neste período que aumentámos a exposição ao BCP. Não, não aumentámos a exposição ao BCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas não era bem disso que estávamos a falar, era de aceitar as ações do BCP como colaterais de empréstimos concedidos.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se, efetivamente, as garantias são de valor igual ou superior ao do crédito, se existe a obrigação de repor as garantias caso o valor das mesmas passe a ser inferior ao do crédito, os mecanismos de intervenção passaram a existir e existem.

Aliás, efetivamente, há um comunicado da Caixa, de 2009, se não me engano, respeitante a ações detidas pela Caixa na Cimpor. Cito-lho, porque foi um comunicado público que consegui encontrar e em que, no fundo, é referido exatamente que «foi concedido este crédito com esta garantia, as

ações desvalorizaram, solicitámos ao mutuário o reforço das garantias e isso foi feito», Enfim, como lhe digo, só posso citar isto, porque este comunicado é um comunicado público.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Para concluir esta primeira ronda — depois, na segunda ronda, gostava ainda de lhe colocar outras questões —, queria perguntar-lhe qual o valor total de concessão de crédito para a compra de ações do BCP. Quanto é que a Caixa concedeu, entre 2006 e 2007, para esses fins?

Só para terminar, para não ter de fazer uma nova pergunta, porque o meu tempo já se esgotou, percebi que o Dr. Carlos Santos Ferreira não quis fazer uma ligação entre esta concessão de créditos e a sua posterior, quase imediata, ida para o BCP. Mas gostava de lhe perguntar se as pessoas ou entidades que reforçaram a sua participação no BCP via empréstimos da Caixa Geral de Depósitos apoiaram ou não publicamente a candidatura do Dr. Carlos Santos Ferreira e quem eram os proponentes dessa candidatura, também.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, permita-me que lhe diga o seguinte: com todo o respeito, eu quis fazer uma ligação entre o crédito concedido para a aquisição de ações do BCP e a minha eleição para Presidente do Conselho de Administração do BCP. Se me permite, ao contrário do que o Sr. Deputado afirma, eu quis fazer essa ligação. E quis fazer essa ligação exatamente para lhe dizer que não eram aquelas ações, com uma percentagem de cerca de 7% do capital, que tinham tido influência no resultado final das eleições, até pela diferença do número de votos que houve entre as duas listas.

Respondendo à pergunta do Sr. Deputado, o elenco dos proponentes da minha lista, que também é público e está junto aos documentos da Assembleia Geral do BCP, foi: Eureka B.V., Teixeira Duarte, Tedal, Sonangol, EDP, Energy Finance — que é o Dr. Stanley Ho —, Pluvia — que hoje já não me lembro quem é —, Jedburg — também não —, Investifino, Sogema, Fundação Berardo e Metalgest. Estas são as entidades que subscreveram a lista candidata que encabecei.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Carlos Santos Ferreira.

Sr. Doutor, indo ao início e à sua nomeação para Presidente da Caixa Geral de Depósitos, já tivemos aqui vários depoimentos sobre esse processo.

O Prof. Campos e Cunha diz que, enquanto Ministro das Finanças, foi pressionado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, para o nomear, juntamente com o Dr. Armando Vara. O Prof. Campos e Cunha não o nomeou a si nem ao Dr. Armando Vara.

O Prof. Teixeira dos Santos diz que não foi pressionado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates. Não obstante, nomeou-o a si e ao Dr. Armando Vara para a Caixa Geral de Depósitos, o que considerou uma coincidência.

Pergunto-lhe se o facto de ter sido nomeado pelo Prof. Teixeira dos Santos sem nunca ter falado sobre o assunto nem com o Prof. Campos e Cunha nem com o Primeiro-Ministro, José Sócrates, também é uma coincidência.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, mais do que uma coincidência, é verdade.

Peço-lhe imensa desculpa, Sr. Deputado, mas nunca falei com o Prof. Campos e Cunha sobre esta matéria. Nunca falei com o Sr. Primeiro-Ministro da altura sobre esta matéria. Nunca falei!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E como é que constituiu a sua equipa, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, sempre achei que os conselhos de administração eram formados por interação — se me permite a expressão — entre o acionista e o presidente do conselho de administração. Passei por meia dúzia de conselhos de administração e tive de tudo, como se costuma dizer.

Neste caso, quer o Dr. Armando Vara quer o Dr. Francisco Bandeira foram indicados pelo Prof. Teixeira dos Santos.

Deixe-me dizer-lhe uma outra coisa, que, provavelmente, era escusada, mas eu ficava mal comigo próprio se não lha dissesse: a partir do momento em que um administrador, seja indicado pelo acionista seja indicado por mim, esteja já na empresa ou venha a chegar, integra uma equipa a que presido, é igual aos outros; para mim, são todos iguais e trato-os como tal.

Peço desculpa, se calhar é um *statement* que não é para responder, mas eu ficava mal se não dissesse isto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, compreendo e agradeço a transparência.

Tenho uma pergunta: uma vez que foram administradores indicados pelo acionista, relativamente aos pelouros que posteriormente lhes vêm a ser atribuídos, como é que esse processo aconteceu? Já foi o Sr. Doutor que definiu os pelouros ou houve também interação com o acionista?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não, Sr. Deputado, essa situação é da minha pura e inteira responsabilidade. Aliás, ao longo de toda a minha vida sempre achei que essa matéria era apanágio dos presidentes dos conselhos de administração.

A distribuição inicial de pelouros partiu de uma constatação óbvia para mim, que era a seguinte: não é demasiado saudável alterar ou mudar equipas a meio de um mandato. Acontece muitas vezes, pode haver razões para isso, mas acho que, efetivamente, tem riscos. Verdadeiramente, aquilo que aconteceu foi que quer o Dr. Armando Vara quer o Dr. Francisco Bandeira assumiram fundamentalmente os pelouros dos Srs. Administradores que tinham saído, *grosso modo*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, limito a pergunta aos dois: porque é que, por exemplo, a Direção de Participações Financeiras ficou com o Dr. Armando Vara e não ficou com o Sr. Doutor nem com o Dr. Francisco Bandeira?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não, Sr. Deputado, com todo o respeito, por uma razão: é que o Conselho de Administração foi reduzido de 11 para 9 e, portanto, não foi apenas saírem

três administradores, entrarem três e mudarem-se os pelouros, foi necessário redistribuir alguns dos pelouros de anteriores administradores.

É a razão pela qual o Dr. Vítor Fernandes, por exemplo, ficou — não quero mentir — ou com a Direção de Meios de Pagamento ou com a Direção Comercial de Canais Eletrónicos. Uma das duas era um pelouro — se a memória me não falha — do Dr. João Freixa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não, não. Estava a consultar a minha apresentação. E é essa a razão.

A Direção de Participações Financeiras tem esse nome mas geria, fundamentalmente, aquela carteira que o Sr. Deputado viu na minha apresentação, há pouco. Não quero tirar mérito nem importância à Direção, porque os tinha e fazia, efetivamente, a Caixa ganhar bom dinheiro, mas era uma Direção, quero dizer, não... Daria mais peso às direções comerciais, à Direção das Grandes Empresas, à Direção Comercial de Particulares, à Direção de Empresas do que à Direção das Participações Financeiras.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem, mas a pergunta não era essa, embora possa ser, à frente.

O que pergunto é porquê o Dr. Armando Vara.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa... Porque foi assim, quero dizer, não

há, provavelmente, nenhuma... Sr. Deputado, não lhe consigo dar um racional para isso.

O único racional que lhe posso dar é que, claramente, os administradores que saem são de áreas comerciais, os administradores que entram vão para as áreas comerciais e é preciso redistribuir pelos outros as direções remanescentes dos outros administradores que saíram e dos dois administradores a menos com que ficámos. Não tem um racional ser a Direção de Participações Financeiras.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, por exemplo, haveria um racional para o Dr. Armando Vara ter ficado com o Gabinete de Prevenção e Segurança.

Portanto, partindo do princípio de que a distribuição não é aleatória, há de haver um racional, como há para o Gabinete de Prevenção e Segurança, que todos percebemos porque é que ficou para o Dr. Armando Vara, mas não percebemos, se calhar — ou, pelo menos, eu não percebo, peço desculpa por isso —, porque é que ficou com a Direção de Participações Financeiras. Gostava de tentar perceber, fazendo, naturalmente, o reconhecimento de que não terá sido uma atribuição aleatória.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não foi... Eu ficaria mal se lhe dissesse que foi uma atribuição aleatória,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — ... mas o *mainstream* da distribuição dos pelouros era alocar os pelouros dos administradores que tinham saído e distribuir pelos restantes os pelouros dos administradores que tinham saído e que sobravam.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, numa tentativa de avançarmos, pergunto: então, lembrar-se-á do racional de ter retirado, em 2006, esse pelouro ao Dr. Armando Vara e de o ter avocado?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, mais do que avocar, com a saída do Dr. Carlos Costa para o BEI, o Conselho reduziu-se outra vez, de 9 para 8, e aí foi necessário pegar nos pelouros do Dr. Carlos Costa e redistribuí-los e, a seguir, balancear, porque não basta pegar nisso e distribuir.

Por exemplo, recebi do Dr. Carlos Costa a Culturgest e do Dr. Armando Vara as participações financeiras. Isto porquê? Porque o Dr. Armando Vara recebeu as sucursais de França, Luxemburgo e Mónaco e a direção da banca institucional que estava com o Dr. Maldonado Gonelha. Era um problema de cargas.

O Dr. Maldonado Gonelha recebeu dos pelouros do Dr. Carlos Costa, o departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações. Dividimos a direção de risco, embora sob o mesmo diretor, entre mim e o Dr. José Ramalho, para tudo o que fosse gestão de risco de ativos ou financeiro, etc.

O Dr. Bandeira recebeu a direção de pessoal e o departamento de apoio aos serviços sociais.

Vamos ver: essencialmente fez-se uma redistribuição de pelouros do administrador que saiu e, efetivamente, fez-se um balanceamento das cargas pelos outros.

Mas, nesta fase, sendo eu, a partir do verão de 2006, o titular da direção de participações financeiras, já posso estar mais à vontade para lhe dizer que era uma direção importante mas não era, com certeza, uma direção estratégica da Caixa Geral de Depósitos. Isto não pode ferir quem lá trabalha, porque as pessoas que lá trabalhavam — penso que o diretor já se terá reformado — eram, como, aliás, é apanágio dos quadros da Caixa, diretores, pessoas de grande mérito.

Mas, se me permite, é uma direção de controlo — que participações existiam, como é que as participações evoluíram. É uma direção clássica de controlo, não é uma direção que dê orientações.

Estou a falar agora à vontade, por ser eu o titular a partir do verão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor,

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não perdendo o fio à meada — já agora, é uma boa questão —, se não é essa direção, então, quem é que dava as orientações para a atuação da Caixa no âmbito dessas participações financeiras?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tenho algumas dúvidas de que um administrador eleito, numa empresa cotada, não represente todos os acionistas. Tenho, aliás, a ideia de que não é o melhor representar o acionista que o indicou.

Todos sabemos que há de ter isso em atenção, mas o que esperamos dos administradores, numa empresa participada com uma diversidade de

acionistas, é que defendam os interesses da empresa e não necessariamente os interesses dos acionistas que o indicaram.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso quer dizer que, em 2007, quando foi decidida a OPA da SONAE à PT, a posição que o Dr. Armando Vara tomou, enquanto membro do conselho de administração da PT, foi por sua própria ação, sem que o acionista Caixa Geral de Depósitos desse qualquer orientação?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, permita-me, digamos, a distinção entre aquilo que são situações correntes e normais e o que podem ser situações excecionais.

Queria dizer-lhe que se é esse o tema, dar-me-á um segundo. Relativamente à PT, fui obter documentos que estão na *Internet* na área de arquivo da CMVM e é com isto que estou a funcionar, mais notas minhas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma boa fonte. Vou lá muitas vezes!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — A OPA foi lançada em 6 de fevereiro e a deliberação da Assembleia Geral é em 2 de março do ano seguinte.

O valor inicial da OPA eram 9,5 € e recorde-me que, em março de 2006, numa entrevista que dei — julgo que a primeira entrevista que dei ao fim de 20 anos, pois nos outros lugares que desempenhei não se davam entrevistas —, ao *Jornal de Negócios*, acho que disse uma frase que, na altura, não caiu bem, mas está publicada, que dizia qualquer coisa como isto:

«Na verdade, a Caixa não tem estas participações» — e falei em geral — «para defender, efetivamente, interesses estratégicos do Estado, isso cabe ao Governo. Estamos aqui para ganhar dinheiro».

Foi dito, está publicado e, fundamentalmente, o que queria dizer nessa altura era que efetivamente o valor daquela OPA não era um valor que me parecesse bom para a Caixa Geral de Depósitos. E não era. A Caixa tinha um custo de aquisição, chamemos-lhe assim, porque é o custo de valorização quando recebeu as ações da PT, de 9,25 €. Não era!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fosse essa mesma lógica aplicada a operações com o BCP e, de facto, a Caixa ter-se-ia protegido bastante melhor, designadamente. E não estou, sequer, a falar em relação ao mandato do Sr. Doutor, estou a falar em relação ao Sotto Mayor, mas nem sempre a lógica de raciocínio foi essa.

Mas falou do arquivo da CMVM, que é boa uma fonte, de facto. No arquivo da CMVM encontrei a queixa que foi apresentada exatamente contra os dois administradores que entraram com o Sr. Doutor na Caixa Geral de Depósitos, na administração, contra o Dr. Armando Vara e o Dr. Francisco Bandeira, queixa essa que veio dar origem a uma condenação de ambos, a uma multa de 50 000 €, se não estou em erro, por negligência.

Os factos remontam a 2006 e a 2007 e o início da investigação da CMVM remonta a 2007. O que pergunto é quando tomou conhecimento e o que é que se lhe oferece dizer sobre o facto de as pessoas que lhe indicou o Prof. Teixeira dos Santos, enquanto Ministro das Finanças, terem curiosamente vindo a ser ambas alvo de condenação por negligência, no âmbito das funções que exerceram na Caixa Geral de Depósitos, no Conselho de Administração presidido pelo Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se me permite, condenados por negligência, no conselho da PT. É um pouco isso, não é?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Posso citar-lhe a CMVM...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Ah, não, da Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim. A CMVM considerou que «Armando Vara, atual presidente para África da Camargo Correia que disputa a Cimpor, que, na altura dos factos, tinha o pelouro da rede comercial de Lisboa, e Francisco Bandeira, com responsabilidade nas agências do Norte, foram negligentes ao autorizar financiamentos de um milhão de euros que serviram para aplicar em operações ilícitas para valores mobiliários, mas não atuaram com intenções de cometer fraude» — daí a razão de ser negligência.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Se bem me recordo, e posso não ter uma memória perfeita, estamos a falar de uma ação qualquer de dispersão de capital da Galp. Admito que seja isso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da Galp e da REN.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Peço desculpa, tinha ideia da Galp. Era a única coisa de que tinha ideia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também da oferta pública de aquisição da Martifer.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não. Tinha ideia, digamos, já relativamente à oferta pública da Galp, não dos outros dois casos, REN e Martifer.

Sr. Deputado, o único comentário que tenho é que é pena que isso tenha acontecido, como é evidente.

Não gostei que isso tenha acontecido, ninguém gostou.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não me leve a mal mas falámos, primeiro, de uma distribuição de pelouros e não conseguimos chegar aqui a um racional muito lógico para essa distribuição a estes dois administradores.

Depois, falámos sobre factos que aconteceram e que deram origem a condenações destes mesmos administradores durante o período em que foram presididos pelo Sr. Doutor. Pena e distribuir pelouros que sobravam de quem tinha saído não me parece que seja a apreciação normal para quem recebeu dois administradores.

Colocaria outras perguntas se o Sr. Doutor me tivesse dito que tinha escolhido essas pessoas. Disse que não as escolheu, que foram indicadas pelo acionista representado pelo Ministro das Finanças. Portanto, penso que não será só pena.

É normal um Ministro das Finanças indicar para a administração de um banco Público dois administradores que, depois, vêm a ter uma condenação destas pela CMVM? Pergunto isto ao Presidente do Conselho de Administração de que essas pessoas fizeram parte.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, ponto um: julguei que tinha sido mais claro no critério da distribuição dos pelouros, quando lhe disse que, na essência, digamos, os administradores que entraram ficaram com os pelouros mais relevantes dos administradores que saíram. E isso é indiscutível e indubitável.

Segundo: se me pergunta se é normal, não é, mas é tão pouco normal sendo os administradores indicados pelo Sr. Ministro das Finanças como sendo os administradores convidados por mim ou indicados por outro qualquer acionista.

Não é normal que haja efetivamente condenações pela CMVM. Não sou capaz de saber quantas houve, nestes anos.

O Sr. Deputado — agora não, e muito menos aqui — far-me-á, depois, esse favor de me dizer ou de me guiar nesta matéria numérica.

Mas, quem quer que seja, não é uma situação obviamente normal.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Depois, relativamente à entrada no BCP, e já lá vamos aos pormenores dessa entrada mas tem relação direta com a constituição da equipa no BCP, volto a perguntar: nessa altura, quem é que indicou o Dr. Armando Vara? Já não havia o Prof. Teixeira dos Santos para o indicar. Quem é que o indicou?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, toda a equipa do BCP foi convidada por mim. O Dr. Armando Vara, inclusive, o Dr. Vítor Fernandes, o Dr. Paulo Macedo, o Dr. Luís Pereira Coutinho, o Dr. Néilson Machado. Todos — e falta, aliás, gente — foram convidados por mim.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E à época conhecia este processo da CMVM que corria contra o Dr. Armando Vara?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, atrevo-me a dizer-lhe que não, mas não tenho a certeza.

Nas respostas que fui dando, o Sr. Deputado percebeu que quando digo «sim» ou «não» é sim ou não. Quando não estou seguro, mesmo sendo coisas que possam ser em meu desfavor, não as afirmo. Admito que não.

Mas, desculpe-me, porque não gostava de cometer nenhuma falha, queria dizer que há bocado, na equipa que lhe citei para o BCP, não citei o Dr. José João Guilherme, que integrou a equipa e que eu conhecia, tinha sido administrador do banco na Polónia e tinha trabalhado comigo na seguros e pensões.

Mas toda a equipa do BCP foi convidada por mim, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Admitindo que não os conhecia, se conhecesse os contornos no processo, isso teria pesado na indicação do Dr. Armando Vara para essa equipa de administração?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tenho uma enorme dificuldade em responder nesses casos de hipóteses.

A questão é uma só, e cada um de nós deve saber isto, tenho a certeza, que sabe: muitas vezes, quando reagimos, reagimos relativamente aos factos, ao que há à volta dos factos, ao que queremos fazer, aos ambientes, e

ponderamos. Não sou capaz de lhe dizer, com honestidade, que isso tivesse pesado. Essa era a resposta fácil.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Começo a ficar com pouco tempo e tenho de abreviar as perguntas.

Relativamente à questão do BCP, o Sr. Doutor falou do resultado, da assembleia geral, entre a lista que liderava e a outra lista concorrente. Essa não era a primeira lista que aparecia para disputar a liderança do BCP naquela altura. O que é que aconteceu à outra lista que se apresentou publicamente, ao outro projeto que se apresentou publicamente, liderada, na altura, pelo Dr. Filipe Pinhal?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, àquela assembleia geral foram presentes apenas estas duas listas. Se o Sr. Deputado me permite, eu sabia efetivamente da elaboração do Dr. Filipe Pinhal — uma pessoa de quem a vida me afastou e lamento que me tenha afastado, mas, enfim, voltaremos —, tinha conhecimento dessa lista e atrevo-me a dizer, com algum receio de que a memória me esteja a pregar uma partida, que o Dr. Paulo Macedo, o Dr. José João Guilherme e o Dr. Luís Pereira Coutinho faziam parte dessa lista que, num determinado momento, o Dr. Filipe Pinhal tinha elaborado. Mas isso não tira nada da minha responsabilidade de ser eu a tê-los convidado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda sobre isto, Sr. Doutor, há notícias de uma reunião no Banco de Portugal, liderado, na época,

pelo Governador Vítor Constâncio, que teve exatamente a ver com aquilo que veio a resultar na impossibilidade de o Dr. Filipe Pinhal concorrer à liderança do BCP.

É referido nessas notícias — a fonte é uma notícia — que estiveram oito dos acionistas de referência do BCP presentes na reunião em que se avaliou exatamente a possibilidade de o Dr. Filipe Pinhal vir ou não a concorrer à liderança, por um processo do Banco de Portugal que corria na altura. O que lhe pergunto é se a Caixa Geral de Depósitos, sendo um acionista de referência do BCP, esteve presente nessa reunião e, se esteve, por quem foi representada.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, com todo o respeito, a reunião não se destinava a analisar a lista do Dr. Pinhal, a reunião destinava-se, efetivamente, a que o Sr. Governador do Banco de Portugal comunicasse aos principais acionistas — não sei se estavam todos ou não — as considerações que achava por bem comunicar sobre o então Conselho do BCP.

A Caixa Geral de Depósitos esteve presente e foi representada por mim. Sozinho!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, na reunião de acionistas, na EDP, em dezembro de 2007, promovida pelo Dr. António Mexia, segundo notícias públicas, a Caixa esteve presente? Se esteve, por quem foi representada?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, a Caixa esteve presente numa reunião — presumo que seja a que

refere — e, mais uma vez, a pessoa da Caixa que esteve presente fui eu e apenas eu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi nessa reunião que foi decidido que esse grupo de acionistas, eventualmente com outros, apresentaria ou apoiaria uma lista liderada pelo Sr. Doutor para liderar o BCP?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, diria que é, digamos, talvez, uma conclusão demasiado direta. Aquilo que foi discutido nessa reunião foram as alternativas possíveis para a composição do Conselho de Administração do BCP.

Nessa reunião, o meu nome foi falado e eu, efetivamente, guardei a minha posição, porque precisava de falar com outros acionistas, como era o caso da Sonangol, do Sabadell e da Eureka, que não estavam, que, em conjunto, tinham 20% do capital do banco e eram os grandes acionistas institucionais de referência do banco, todos eles, aliás, internacionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado, apesar de já ter esgotado o tempo de que dispunha, porque vou ter consigo a mesma benevolência que tive com os demais.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não abusando, vou ser um bocadinho mais extenso, neste momento, para perguntar o seguinte: lembra-se do dia em que foi essa reunião? Uma vez

que se lembra do dia em que apresentou a renúncia, é relevante. Poderá ter sido no mesmo dia?

Com toda a frontalidade, pergunto-lhe se se sentiu confortável com o facto de ter sido discutido o seu nome numa reunião de acionistas quando ainda liderava a Caixa Geral de Depósitos. É que, como calculará, é difícil perceber que um presidente do banco público esteja numa reunião com acionistas de um banco privado, uma parte dos quais foram financiados pelo banco público na altura em que o Sr. Doutor era Presidente do Conselho de Administração, e estejam a discutir o seu nome para liderar esse banco privado.

Peço desculpa mas tenho de lhe perguntar se se sentiu bem com isso e se se sentiu bem com o facto de a lista que apresentou à liderança do BCP ter sido subscrita por, pelo menos, cinco acionistas de referência — ouvi, há pouco, a lista — que tinham um conjunto de ações substancial que fazia deles acionistas relevantes para a subscrição dessa lista, e tinham essas ações porque tinham sido financiados pela Caixa Geral de Depósitos, no tempo em que o Sr. Doutor era Presidente.

Peço desculpa mas são perguntas muito claras...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a que, presumo, o Sr. Doutor, naturalmente, até terá interesse pessoal em responder.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, tenho todo o interesse pessoal e não pessoal em responder.

A reunião é anterior a dia 27 e senti-me suficientemente à vontade para ter saído quando o meu nome começou a ser discutido...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Publicamente, porque, em privado, pelos vistos, não.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Como disse, Sr. Deputado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em privado, pelos vistos, já estava a ser discutido.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, nessa reunião, quando o meu nome começou a ser discutido, eu saí da reunião.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, saiu da reunião, pensava que tinha saído da Caixa.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não, Sr. Deputado, saí da reunião.

Finalmente, na lista das pessoas que subscreveram aquela com que me candidatei ao BCP, não sei quantas pessoas tinham financiamentos da Caixa, o que sei, com certeza, é que não eram a maioria do capital as pessoas que subscreveram essa lista que tinha financiamentos da Caixa, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava também de cumprimentar o Dr. Santos Ferreira e agradecer as respostas às várias questões que já foram colocadas.

Sobre as respostas que deu farei alguns comentários e julgo que o facto de já terem sido feitas tantas perguntas me dará, a mim, mais tempo para falar do que, propriamente, para colocar questões.

No que se refere a esta questão da assembleia geral que o elege para o Conselho de Administração do BCP, Dr. Santos Ferreira, o que está muitas vezes em causa, principalmente para uma comissão de inquérito, não é exatamente qual a característica de carácter que demonstra ter nessa operação, mas o enquadramento em que ocorre. E o enquadramento é o de que o Presidente do Conselho de Administração de um banco público tem como garantias, que, ainda por cima, depois, terão sido executadas, ações financiadas por esse banco e transita precisamente para Presidente do Conselho de Administração do banco onde os acionistas estavam financiados. Tudo isto levanta várias dúvidas sobre a saúde e a forma como é gerido o sistema financeiro.

Enfim, não nos cabe a nós, aqui, tecer considerações ou juízos de valor sobre o comportamento moral do Presidente do Conselho de Administração, mas, ainda assim, é importante termos a resposta que nos dá sistematicamente a essa questão, quanto à irrelevância dos 7% que a Caixa financiava no conjunto dos votos expressos. É mais ou menos o mesmo que dizer «só meti 10 votos numa urna, mas, como ganhei por 50, não faz diferença, não há problema». E não estou a dizer que meteu 10 votos na urna, nem 7, mas o argumento que utiliza para o justificar, a mim, se fosse eu, não me tranquilizaria.

«É verdade que nós tínhamos influência em 7% dos votos, ou poderia existir influência em 7% dos votos, porque estavam financiados pelo banco a que presidia, mas isso não fez diferença porque ganhámos com mais de 90% de diferença da outra lista». Enfim, é uma estranha consideração. É claro que, aritmeticamente, não terá feito diferença, a não ser que tenha

havido um efeito de contágio entre os interesses dos acionistas, o que também é plausível.

De qualquer forma, indo um pouco mais atrás, gostava de lhe perguntar se, aquando do convite ou das primeiras conversas que o Prof. Teixeira dos Santos, enquanto Ministro das Finanças, teve consigo, foi informado dos motivos que justificavam a substituição de administradores no Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos ou se indagou sobre esses motivos para compreender, também, a natureza da sua missão.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, abstinha-me de comentar o seu comentário e respondo-lhe diretamente: não, não perguntei os motivos.

Quando tive oportunidade de responder, salvo erro, ao Sr. Deputado Adão Silva, disse-lhe que não fazia parte da minha escola perguntar a um acionista as razões pelas quais ele toma uma determinada atitude.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, não quis perguntar-lhe ou repetir a questão nos mesmos termos. Poderia tê-lo feito, mas não foi minha intenção, o que queria era perceber se, no âmbito do seu próprio interesse, para o desempenho da função para a qual estava a ser convidado, tentou perceber quais eram os problemas que existiam, para os colocar, enfim, em alguma ordem de prioridades da sua intervenção.

Julgo que é diferente perguntar a um acionista «Desculpe lá, por que é que me está a chamar a mim?» ou «Qual é o problema, para que o possa resolver?». São duas questões diferentes.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, agradeço-lhe, porque tinha percebido mal a sua questão.

Mas não, não perguntei. Volto a dizer-lhe que não seria, nunca, o meu estilo fazer essa pergunta. Tive oportunidade de saber quais eram e de ver os problemas pendentes na ou nas reuniões que tive com o Dr. Vítor Martins e que decorreram antes de ele sair e antes de eu entrar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os problemas pendentes no interior e na gestão da Caixa, mas não na perspectiva do acionista. O acionista não lhe comunicou os motivos pelos quais havia removido os anteriores administradores?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, o acionista não me comunicou esses motivos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já no decurso do seu mandato, alguma vez, de alguma forma, acompanhando um qualquer negócio de crédito ou potencial negócio de crédito, surgiu alguma palavra ou pressão, vinda de algum responsável político ou de alguém em seu nome, que lhe tenha parecido alheia ao processo e que possa ter resultado como pressão?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não me recordo de nenhum caso em que tenha tido pressão de algum responsável político sobre um caso concreto, em matéria de crédito.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, quanto à sua intervenção na concessão de créditos, alguma vez intervém diretamente na concessão de algum crédito ou questiona especificamente sobre as características de uma determinada operação por lhe parecerem estranhas ou porque o negócio tenha caído, enfim, nas possibilidades da Caixa, sem uma explicação plausível?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, a minha intervenção, como a do Vice-Presidente, fazia-se estritamente no âmbito do Conselho Alargado de Crédito e no âmbito do Conselho de Crédito. Era aí que exercíamos a parcela de competência desta matéria que nos cabia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, tem presente qual era – e estou a referir-me aos créditos concedidos na altura em que exerceu o seu mandato – a percentagem, em valor, do crédito concedido sem garantias ou sem garantias reais?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, se me permite, são duas coisas completamente diferentes: uma é sem garantias reais, e deixe-me dizer-lhe que há imensos créditos que não têm obrigatoriamente garantias reais.

A Caixa Geral de Depósitos apreciava – e julgo que continua a apreciar – as garantias reais, eram os chamados «bens ao luar», mas há outras

garantias de igual, idêntico ou até superior valor, depende, que não são essas; que são fianças, avales, valores mobiliários, penhores, e por aí fora.

Quero crer, para mim, que nunca foi concedido um crédito que não tivesse garantias de valor igual ou superior. Quero crer isto, para mim!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não teve conhecimento de isso ter acontecido alguma vez, enquanto exerceu o mandato de Presidente do Conselho de Administração?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, não tive e, repito-lhe, quero crer que não aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Queria agradecer-lhe a remissão que fez aos Deputados da Comissão de Inquérito ao relatório produzido no âmbito da carta-circular do Banco de Portugal, porque, pelo menos, eu ainda não tinha dado a devida atenção ao relatório e verifico que, apesar do valor das imparidades registadas ao longo dos anos... O relatório faz referência detalhada a partir do ano de 2005, porque antes de 2004 é um valor acumulado e, portanto, não é possível desagregar...

Mas queria agradecer-lhe, porque é um instrumento de trabalho importante para a Comissão de Inquérito, presumo eu, pelo menos, para mim é. É que, apesar de o relatório mostrar que há dois anos dramáticos na originação de imparidades – 2007 e, depois, 2014, que são picos de registo de imparidades –, há alterações que são sensíveis e que também têm um sinal político, uma vez que a maior parte das imparidades registadas, grosso modo,

entre 2005 e 2008 são registadas, precisamente, no âmbito do crédito a particulares e há uma inversão a partir de 2011/2012, em que não só a exposição da Caixa a *corporate* e a grandes empresas, da construção principalmente, aumenta, e aumenta muito, como também as imparidades registadas nesses setores aumentam muito.

Pergunto-lhe, atendendo à sua experiência enquanto gestor bancário, se isto pode significar uma alteração da estratégia do acionista, ainda que implícita, por estes números. Ou seja, a contração do crédito a particulares e o alargamento do crédito e das subsequentes imparidades – claro, é normal, porque também há mais crédito e é natural que também haja mais imparidades —, portanto, a asfixia do crédito a particulares e o alargamento do crédito a *corporate* e à construção é um mero resultado da circunstância ou indicia, na sua experiência, alguma alteração da estratégia do acionista?

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, por uma questão que não quereria dizer que fosse de elegância, eu não somei as imparidades dos triénios, mas se o Sr. Deputado as quiser somar, fá-lo-á. Eu não quereria é que as minhas palavras fossem mal interpretadas, porque isso poderia parecer uma opinião completamente diferente daquela que tenho das pessoas que estiveram na Caixa depois de mim.

São pessoas que respeito, uma delas é uma pessoa com quem – aliás, é a única – tenho relações pessoais. Como lhe dizia há pouco, a propósito do Sr. Ministro, não tínhamos relações pessoais, com o Dr. Vítor Martins, embora o considere muito, não tenho relações pessoais, com o Dr. José de Matos *idem*, mas tenho, efetivamente, relações pessoais de amizade com o Eng.º Faria de Oliveira, de há muitos anos. Portanto, por uma questão de não querer que as minhas palavras fossem mal interpretadas, eu não disse a soma do valor das imparidades de cada triénio a partir de 2005.

Sr. Deputado, eu só lhe posso dar a minha opinião sobre o que é que aconteceu e a minha opinião sobre o que aconteceu, lamento imenso dizer-lhe, é a clássica: a economia avança, vai avançando, não sei se bem se mal mas vai avançando, e, de um momento para o outro, digamos, os referenciais que cada pessoa tinha desaparecem. Há, efetivamente, empresas e famílias que passam a ter dificuldade em pagar os seus créditos, o que leva, ao mesmo tempo, à desvalorização dos ativos que garantem outros créditos, leva a uma insistência sobre essas pessoas e sobre empresas para reforçarem esses créditos, o que leva, muitas vezes, a vendas precipitadas dos mesmos e a nova desvalorização.

Portanto, o Sr. Deputado encontra este ciclo de perda de valor dos ativos, de pressão para serem repostos, de incapacidade de cumprir os empréstimos, que é o ciclo clássico, no começo de uma depressão, que foi aquilo que, verdadeiramente, nos atingiu a partir de 2008, a nós e aos outros.

Não sei se é uma forma usual mas, se for caso disso, eu tirei da minha apresentação um *slide* com aquilo que eu chamava o «ciclo infernal» da desvalorização e, se não for muito fora do habitual, entregá-lo-ei ao Sr. Presidente. Só serve para ilustrar, mas é muito claro!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não tenho propriamente mais nenhuma questão, mas quero dizer que compreendemos, evidentemente, que esse conjunto de fatores que resultam das crises sistémicas do capitalismo também se refletem na banca, mas isso não explica como é que, por exemplo, em 2013 e 2014 – e por isso é que lhe pedi a sua opinião e não me estou a referir a factos dos quais possam ter conhecimento direto – o segmento *corporate* tenha passado de 2000 milhões em crédito para 7000 milhões em crédito e tenha registado imparidades num total de

600 milhões, ao mesmo tempo que os outros segmentos da Caixa estão praticamente estagnados.

E o *corporate* é o que é, pelo menos tendo em conta o perfil do cliente normal de *corporate*... Não sabemos exatamente qual é o critério na Caixa mas nestes dois últimos anos, pelos vistos, não só registou mais imparidades como também teve direito a muito mais benesses de crédito do que nos anos anteriores e do que os outros segmentos de clientes.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, deixe-me fazer-lhe um pedido.

Eu leria esses números várias vezes – eu próprio o fiz muitas vezes e tenho muitas dúvidas que tenha um domínio claro dessa carta-circular. Eu leria várias vezes esses números, porque, com todo o respeito, julgo que essas são as suas primeiras ideias dessa breve leitura, mas não sei!

Eu também me perguntei, na primeira vez, na segunda e na terceira, o porquê de alguns números, desses que, agora, o Sr. Deputado citou e de outros, e, para boa parte deles, não consegui ter uma boa explicação, mas também me senti coibido de perguntar, se calhar, a quem sabia.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a primeira ronda, vamos passar à segunda, na qual os grupos parlamentares fazem as perguntas e o Sr. Doutor responderá no fim, pelo que terá de ir tomando notas.

Vamos começar pelo PSD, dando a palavra ao Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e agradecer todos os esclarecimentos que já deu a esta Comissão de Inquérito.

Queria colocar-lhe duas perguntas para precisar melhor alguns aspetos, porque julgo serem importantes, depois, para a elaboração do relatório final da Comissão de Inquérito: uma tem a ver com um desabafo que aqui deixou e que eu achei muito curioso, em que disse que se fosse hoje não teria aceitado o convite que lhe foi formulado pelo Prof. Teixeira dos Santos.

Quero crer que, mais do que um desabafo, é um estado de alma de análise de tudo o que está para trás, de tudo o que vem sendo escrito sobre a sua presidência no Conselho de Administração, ou, então, foi mesmo um desabafo simpático que quis aqui fazer.

Portanto, gostava que me esclarecesse por que diz que hoje não teria aceitado o convite que lhe foi feito pelo Prof. Teixeira dos Santos.

A segunda pergunta que lhe queria fazer, também de forma muito direta, é a seguinte: antes de ter aceitado o convite pelo Prof. Teixeira dos Santos conhecia o Eng.º Sócrates? Conversou alguma vez com o Eng.º Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos? E não lhe estou a perguntar se ele alguma vez, nem que de forma capciosa, lhe sugeriu a sua ida para a Caixa Geral de Depósitos; estou a perguntar-lhe se o conhecia, se era do seu círculo de relacionamento pessoal, profissional, que tipo de relação tinha com o Eng.º Sócrates? Isto para tentarmos perceber por que é que o Eng.º Sócrates tanto queria, pelo menos naquilo que nos foi dito pelo Dr. Campos e Cunha, que o Sr. Doutor fosse para a Caixa Geral de Depósitos.

Para finalizar, quero, ainda, colocar-lhe mais uma pergunta e fazer um comentário: quero dizer-lhe que considero estranho, muito estranho permitame que lhe diga, com muita franqueza, que, quando o Deputado Adão Silva elencou um conjunto de empresas com créditos acima de 150 milhões de euros dentro da Caixa Geral de Depósitos, que resultam em valores de imparidades alguns também dessa ordem de valores, o Sr. Doutor diga que não se lembra se foram concedidos no seu tempo ou não.

Não quero falar de todos, mas falo de Vale de Lobo, que, talvez, seja o que tem sido mais explorado pela comunicação social. Sr. Doutor, escreveram-se rios de páginas, mares de páginas sobre a questão de Vale de Lobo e eu não quero acreditar que o Sr. Doutor não saiba se foi ou não concedido no seu tempo. Não quero mesmo!

Portanto, de duas, uma: ou o Sr. Doutor quis generalizar para nos dizer que sobre os créditos em concreto não tinha a informação necessária para nos prestar, mas esta é uma Comissão de Inquérito e só por isso eu volto a esta questão, porque temos de ser precisos: tinha ou não essa memória? É que o Sr. Doutor não pode dizer, na minha opinião, mais uma vez, que está em crer que nenhum crédito foi concedido na Caixa Geral de Depósitos sem garantias que, pelo menos, fossem de valor igual ou superior ao montante concedido e, depois, dizer que não se lembra de créditos como o de Vale de Lobo, como o concedido às estradas Douro Litoral ou outros que tais, que têm enchido páginas de jornais. Sei que o Sr. Doutor é um homem atento, é um cidadão atento e também é um leitor atento da comunicação social, estou certo. Muitas vezes não gostamos do que lemos, mas vamos lendo para, pelo menos, mantermo-nos informados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Doutor, queria fazer duas perguntas, ou melhor um comentário e depois uma pergunta.

Aproveito o facto de ainda estar aqui o Deputado Miguel Tiago para dizer que, olhando para o relatório das imparidades e para o ano de produção, constatamos uma coisa estranha: temos aqui os anos 2005, 2006, 2007 até 2014 e temos o ano de produção, ou seja, o ano em que o crédito foi concedido, e, de muito longe, o ano onde os créditos geraram mais imparidades no setor *corporate*, gerando até mais do que a soma de 2005,

2006 e 2007 – é o que está pelo menos aqui na pág. 7, a não ser que eu esteja a ver isto mal –, durante o seu mandato, é inferior à imparidade constituída no ano de 2014, com regras de concessão de crédito supostamente muito mais apertadas, com uma alteração da administração da Caixa Geral de Depósitos, com forte escrutínio e forte regulação do Banco de Portugal e da troica. O pior ano de todos em termos de perdas por empréstimos ao setor *corporate* é um só ano, que é mais do que a soma de 2005, 2006 e 2007 e é o ano de 2014.

Tenho alguma curiosidade para perceber de onde e que vêm estas imparidades no ano de 2014, sobretudo porque a Caixa, em 2014, tinha fortes reduções na concessão de crédito. Portanto, estamos a comparar um período de 2005, 2006 e 2007, com um crescimento significativo de crédito, em que a soma das imparidades destes três anos é muito menor do que a imparidade num só ano, em que a Caixa, supostamente, estava muito mais vigiada, regulada, tinha alterado práticas de concessão de crédito e não produzia tanto crédito. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, o ano de 2014 é, de muito longe, o pior ano em termos de perdas, ou seja, em que o crédito concedido foi o que gerou mais imparidades. Isto que não deixa de ser um pouco estranho em 2014.

Não sei se o Dr. Carlos Santos Ferreira consegue explicar isto, mas numa comissão de inquérito que parte do pressuposto de que os problemas vêm de trás, nomeadamente dos anos de 2005, 2006 e 2007, é, pelo menos, um pouco bizarro que o pior ano de todos, em termos de perdas nestes empréstimos, tenha sido exatamente o ano de 2014, um ano no qual o Sr. Doutor já não estava a administração da Caixa e em que a administração da Caixa e a tutela acionista eram outras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, gostava de lhe colocar algumas questões sobre Espanha, porque na primeira ronda de perguntas não tive tempo para o fazer.

Espanha foi considerada, aliás, publicamente, pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, uma prioridade e, pelos vistos, essa prioridade era também acompanhada pela Caixa Geral de Depósitos.

Havia um plano de negócios, que ficou conhecido pelo plano 2-3-2 que consistia na duplicação do número de clientes, na triplicação dos ativos sob gestão e na duplicação do balanço, que implicou, aliás, um aumento de capital do então Banco Simeón...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, dê-me um instante.

Agradecia que não houvesse nem do meu lado esquerdo nem do meu lado direito conversas de fundo, porque torna muito difícil ao Dr. Santos Ferreira estar atento ao que está a ser dito.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, esta foi uma estratégia que implicou um aumento de capital do Banco Simeón e eu gostava de perguntar ao Dr. Carlos Santos Ferreira como é que esta estratégia foi atingida, como é que este plano 2-3-2 foi atingido, até porque era um plano que estava previsto ser concretizado em cinco anos e foi concretizado muito mais rapidamente do que isso.

Assim, eu gostava de perceber se, por exemplo, os ativos que estavam sob gestão, este crescimento rápido do banco foi conseguido pela exposição do próprio banco à bolha imobiliária ou a alguns *project finance* em Espanha.

Já agora, gostava de saber se há alguma relação entre essa exposição ao Banco Simeón, mais tarde Banco Caixa Geral, e a criação de uma sucursal da Caixa Geral de Depósitos em 2007 em Espanha. Porquê a criação de uma

sucursal da Caixa Geral de Depósitos, em 2007, quando já lá havia uma filial que era o Banco Caixa Geral?

De acordo com o relatório e contas da Caixa Geral de Depósitos de 2007, esta operação, ou seja, a operação de ter uma sucursal em Espanha apesar de já existir a filial, justificava-se por esta sucursal ser vocacionada para, e passo a citar, «o apoio ao Grupo no âmbito de operações que, pelas suas características específicas, se devem manter no balanço da CGD.»

Gostaria de saber o que é que são estas características específicas que a sucursal de Espanha tinha e o que levou à sua criação e à sua manutenção, porque esta sucursal, na verdade, parece ter funcionado desde o momento da sua criação e durante muito tempo como uma espécie de banco mau, que serviu para a resolução do Banco Caixa Geral, servindo até para transferir uma série de créditos ou, provavelmente, de ativos considerados menos valiosos que estavam no Banco Caixa Geral e que foram transferidos para a sucursal.

De facto, em 2007, foram transferidos para a sucursal por parte do Banco Caixa Geral 115 milhões em ativos; em 2008, 202 milhões; em 2009, 280 milhões; em 2010, 557 milhões; em 2011, 755 milhões; e, cumulativamente, até 2014 foram transferidos quase 1100 milhões e as perdas vão-se acumulando na sucursal.

Portanto, gostava de perceber se esta sucursal, efetivamente, serviu como um veículo de resolução do Banco Caixa Geral, porque, se serviu, também serviu para esconder resultados negativos de operações que o Banco Caixa Geral estava a fazer em Espanha. Quais eram essas operações?

É que, se serviu de veículo de resolução, o que aconteceu foi que, depois, foi impactar no balanço da Caixa Geral de Depósitos e, no limite, pode ter ido ao capital da Caixa Geral de Depósitos, salvando, assim, o Banco Caixa Geral, pelo menos do ponto de vista contabilístico.

Gostava que pudesse explicar esta relação em Espanha, o porquê desta sucursal, por que é que ela funcionou quase contabilisticamente, só para serem transferidos créditos do Banco Caixa Geral para lá, e quem deu ordem para que assim fosse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, nesta segunda ronda pretendo colocar-lhe perguntas mais focadas.

Relativamente à OPA da Sonae sobre a PT tenho uma dúvida que queria clarificar. O Sr. Doutor explicou que era diferente o papel dos administradores nomeados pela Caixa Geral de Depósitos em questões estratégicas, como seria, naturalmente, uma OPA, e o que eu pergunto é se essa diferença ia até ao Conselho de Administração da Caixa ou passava o Conselho de Administração da Caixa. Ou seja, falou ou sabe que o Dr. Armando Vara falou com algum membro do Governo ou com algum membro de algum gabinete de algum membro do Governo sobre a questão estratégica desta oferta pública de aquisição da Sonae sobre a PT? E isso teve ou não influência na posição do Dr. Armando Vara enquanto administrador nomeado pela Caixa Geral de Depósitos na PT?

Depois, sobre negócios em concreto, queria perguntar-lhe qual era o acompanhamento que a Administração da Caixa fazia daquela que era a orientação política do Governo em matéria de política económica.

É que, basicamente, temos uma série de coincidências, nomeadamente na aposta em Espanha, no apoio a algumas empresas do setor das obras públicas que estavam envolvidas em projetos estruturais daquela que era a política económica do Governo, falou da campanha *Living in Portugal*, falou do apoio ao empreendimento de Vale de Lobo nesse contexto, e o que eu pergunto é onde é que começava a relação entre as decisões da Caixa Geral

de Depósitos e a estratégia de política económica do Governo e onde é que, depois, entrava o racional, designadamente na concessão de crédito, de defesa do negócio da Caixa Geral de Depósitos. Aliás, como o Sr. Doutor disse há pouco, na Caixa queriam era fazer dinheiro e eu percebi em que sentido é que isso era dito, que foi do ponto de vista da gestão de negócios, percebi perfeitamente isso e, portanto, não queria fugir daí, queria apenas saber a sua opinião quando a este ponto.

Casos concretos: o caso La Seda. Vou só contextualizar: citando notícias públicas, em 28 de junho de 2007, o *Jornal de Negócios* noticia que o Governo aprovou em Conselho de Ministros dois contratos de investimento no valor de 535 milhões de euros para as empresas Pescanova e La Seda; em 13 de março de 2008, segundo notícia da *Lusa*, o Primeiro-Ministro vai a Sines e promete investimentos públicos para acompanhar os privados; em 10 de junho de 2009, no *Jornal de Negócios*, é noticiado que a Caixa assegura viabilidade financeira de curto prazo da espanhola La Seda; em 7 de agosto de 2009, ainda no *Jornal de Negócios*, noticia-se que a La Seda penhorou ações de 9 empresas, por 25 milhões, da Caixa Geral de Depósitos.

O que lhe pergunto, porque não será coincidência a relação entre tudo isto, é o seguinte: o Estado tem contratos de investimento, há uma política do Governo de ir ao local explicar que o investimento que ali está a ser feito privado é estratégico e até será acompanhado de investimento público, a seguir a Caixa financia e depois a Caixa perde.

E a Caixa, noutros casos, como é o de Vale de Lobo, não se limitou a financiar: a Caixa financiou o projeto, financiou participações no projeto, como, por exemplo, a participação do presidente da Escom, Hélder Bataglia.

Pergunto-lhe: a Caixa, nestas alturas, quando financiava o projeto, financiava toda a gente que se dirigia à Caixa para também investir nesse projeto ou selecionava consoante critérios, quaisquer que eles sejam, o financiamento a essas pessoas?

Portanto, qual foi o racional de emprestar dinheiro ao Dr. Hélder Bataglia para investir no negócio de Vale de Lobo quando a própria Caixa já tinha investido? Por que é que aquilo, que era uma operação de financiamento, se torna numa operação de capital? Ou seja, por que é que o financiamento a Vale de Lobo se transforma numa participação de capital da Caixa Geral de Depósitos neste investimento?

Por fim, relativamente aos negócios Autoestradas do Douro Litoral e Grupo Lena, dois projetos que tinham muito a ver também com a política do Governo designadamente com a política de obras públicas. E lembro que o Grupo Lena era um grupo económico na área da construção que esteve associado, por exemplo, à Parque Escolar, ao projeto do TGV, a projetos estruturantes do Governo.

Sr. Doutor, a pergunta é clara: havia ou não relação entre a política económica do Governo e a política de crédito da Caixa Geral de Depósitos? Se não havia, como é que se justifica uma coincidência tão abrangente como esta? Essa articulação ia para além do Governo e da Caixa Geral de Depósitos a outros investidores privados que acompanhavam também esses projetos? E, afinal de contas, isto funcionava com diálogo entre o Governo e a Caixa Geral de Depósitos ou a Caixa Geral de Depósitos lia no *Diário da República* que havia contratos de investimento aprovados pelo Governo e, então, interpretava que isso seria uma boa oportunidade para cumprir aquilo que o Ministro Teixeira dos Santos tinha dito que era o mandato da Caixa Geral de Depósitos, que era apoiar mais as empresas e a internacionalização de algumas dessas empresas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Meus senhores, deixem-me tentar dar resposta sem me esquecer de nada, porque não faria sentido que isso acontecesse.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, deixe-me dizer-lhe que aquilo que ouviu é um desabafo amável. É um desabafo amável!

A sua segunda pergunta é muito clara e muito direta: nunca, nem por iniciativa dele, nem por minha, nem de outra qualquer forma, falei antes de ir para a Caixa com o Engenheiro José Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos. O Engenheiro José Sócrates não é das minhas relações pessoais, conheci-o no Partido Socialista quando ele ainda era... Eu sou membro do Partido Socialista, tenho o número ridículo de 400 e qualquer coisa...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quando o senhor foi Deputado ainda o Engenheiro Sócrates era do PSD.

Risos.

O Sr. **Presidente**: — E o Paulo Portas era da JSD...

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Aqui ao meu lado, quem tem mais memória do que eu diz que o Dr. Paulo Portas era da JSD...

Risos.

Bom, deixe-me tentar só dizer, para responder à questão do Sr. Deputado, que eu com o Engenheiro Sócrates nem sempre tivemos uma relação fácil. Mas eu diria que o Engenheiro José Sócrates está hoje numa

posição que de mim não ouvirá uma palavra que possa causar-lhe mais incómodos do que aqueles que ele, neste momento, tem.

Em segundo lugar, relativamente a Vale de Lobo, também li as notícias e, portanto, sou capaz de reproduzir as notícias — não digo todas, mas sou capaz de falar sobre aquilo que li nos jornais.

Quando lhe disse que tenho alguma dificuldade em lhe dizer «sim» ou «não» é porque uma coisa é reproduzir notícias outra coisa é ler os papéis e, desde que esta Comissão foi anunciada— não digo desde essa altura, mas desde a altura em que eu me comecei a preparar para esta audição —, li bastantes documentos e voltei uns anos atrás, 8, 9, 10 anos. Sr. Deputado, nunca lhe acontecerá isso, mas se lhe acontecesse veria que não é um exercício fácil.

O Sr. **Presidente**: — Depende das recordações!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Há recordações boas, Sr. Presidente, e eu tenho excelentes recordações da Caixa, mas não é bom voltarmos ao passado. Quer dizer, as coisas fecham-se e avança-se.

Isto para lhe dizer que uma coisa é ter lido os papéis e outra é não ter, nesta altura, lido os papéis, e foi por isso que lhe respondi da maneira que respondi.

Sr. Deputado, não sei se estava presente mas há bocado eu disse que eu próprio não consegui ler perfeitamente a carta-circular e há números que, de facto, tenho dificuldade em entender. Ora, aqueles números que o Sr. Deputado citou são números, por exemplo, que eu tenho dificuldade em entender.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Pois eu também! Por isso é que estou um pouco perplexo.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Aquilo que eu não gostaria é que se extrapolasse desses números uma opinião qualquer sobre o funcionamento da Caixa ou sobre quem estava na Caixa nesses anos, porque já se percebeu que isso é fácil de fazer. Digamos que todo o cuidado que eu tive foi esse, mas esse é um dos dois ou três números que eu não percebo, que têm de certeza uma explicação boa, racional, certa e séria.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, sei que estou a interromper o depoimento, mas peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, apenas para não correremos riscos de que haja má interpretação, porque eu já percebi — percebemos todos, de resto — qual foi a intenção do Deputado João Galamba, que, naturalmente, está a fazer o papel, e bem feito, que lhe compete, gostaria de dizer que no volume total da constituição de imparidades, no momento da sua composição, no volume total, não segmentando o *corporate* de particulares, etc., não é o ano de 2014 que tem o maior número. Isto só para que o Sr. Doutor não incorra em erro na sua resposta e não fique a ideia de que o ano 2014 foi o ano das imparidades, porque, repito, não é o ano que tem o maior número.

O Sr. **Presidente**: — Isso não foi uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado. Agora, vou ter que dar a palavra ao Sr. Deputado João Galamba, para responder.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Fui muito explícito em relação às imparidades, segmento *corporate*. Em momento algum sugeri que era tudo e usei o segmento *corporate* por uma razão muito simples: as perguntas que estavam a ser feitas ao Dr. Carlos Santos Ferreira eram exatamente sobre os riscos elevadíssimos, incorridos no setor *corporate*.

Portanto, achei inteiramente pertinente citar estes números, porque se estava a imputar ao Dr. Carlos Santos Ferreira problemas gravíssimos na concessão de crédito ao setor *corporate*.

Limitei-me a citar números de um relatório produzido quando PSD e CDS estavam no Governo, pelo que não foi o PS que produziu este relatório. Estes números são de uma administração nomeada pelo PSD. Também não sei interpretá-los, partilho com o Dr. Carlos Santos Ferreira a minha perplexidade, e só.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, terminado este interlúdio parlamentar, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sobre Espanha, gostava apenas de lhe dizer o seguinte: o problema de Espanha, na Caixa Geral de Depósitos, é muito anterior ao exercício de funções como Primeiro-Ministro do Engenheiro José Sócrates.

Não vou aqui repetir, porque assisti, como vos disse, à audição do Dr. Vítor Martins e o Sr. Deputado dizia que nunca se tinha falado tanto de Espanha à volta desta mesa como na audição do Dr. Vítor Martins. Foram as suas expressões. Portanto, não vou repetir a história toda dos três bancos, etc., etc., etc. Mas muito antes do Engenheiro José Sócrates a Caixa

defrontava-se com uma questão que era, como aqui foi dito, não ficar a meio da ponte: ou vendia ou comprava.

O Prof. António de Sousa tentou fazer aquisições, tentou duas e ele próprio aqui disse que ambas falharam, o que não é desonra nenhuma. Falharam, não tiveram sucesso.

Penso que quando o Dr. Vítor Martins foi nomeado presidente tinha o mesmo dilema, isto é, ou vendia a operação em Espanha ou aumentava-a. Tinham falhado, efetivamente, as tentativas de aquisição. As tentativas de olhar para o mercado de Espanha para fazer aquisições continuaram até muito depois de 2007 ou 2008. Portanto, naquela altura, aquilo que havia era ou vender, registando eventuais perdas, admitindo que fosse fácil vender três bancos não completamente integrados, um com uma parte substancial de agências na Galiza, que estava super «bancarizada», e outra parte na Estremadura, que é manifestamente uma área pobre, ou fazer um crescimento orgânico. A opção foi de crescimento orgânico.

O Dr. Vítor Martins convidou uma equipa e quando cheguei a equipa estava a acabar um *business plan*, que era ambicioso. É da responsabilidade da equipa a que eu presidi a aprovação do *business plan* e o aumento de capital em Espanha. Não vale a pena fazer *business plan* se não houver capital para o realizar.

O aumento de capital foi de 275 milhões, como eu há bocado dizia — 100 milhões mais 85 milhões e mais 85 milhões, à volta disso —, e não quer dizer que se eu lá tivesse continuado os resultados tivessem continuado a crescer.

O Sr. João Galamba (PS): — Claro!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Não cresciam de certeza, eu só não quero que as minhas palavras corram o risco de uma interpretação.

Mas, no ano de 2005, o Banco Caixa Geral teve 31 milhões de prejuízo; em 2006 teve 500 000 € de lucro — é *break even* e num banco é o que é — e em 2007 teve 10 milhões de lucro. Em 2008 confesso-lhe que já não tenho os números. Os números são manuais, é um problema do *staff* e chegaram a 2007. Isto apenas para lhe dizer, e repito, que é uma questão muito, muito, anterior ao Governo aqui referido, presidido pelo Engenheiro José Sócrates.

Há duas sucursais, há uma sucursal da Caixa BI que foi criada em 2004 — o Dr. Vítor Martins não tinha isto presente nem tinha obrigação de ter — e, efetivamente, a sucursal da Caixa foi criada em 2007, no mandato a que presidi.

As características especiais a que o Sr. Deputado se refere são as mais simples possíveis. A dimensão de alguns créditos, pelo seu montante, não eram compatíveis de serem feitos através do Banco Caixa Geral. Portanto, não tem mais nenhuma característica a não ser o rácio do montante concedido. Os nossos números, a seguir, não são perfeitamente coincidentes. O Sr. Deputado falou que, em 2007, tinham sido transferidos ou tinha sido concedido crédito da sucursal de 115 milhões e eu atrevia-me a dizer 115,9 milhões, mas, a partir daí, as nossas divergências são maiores. Porém, embora eu tenha os números seguidos neste caso até 2015, verdadeiramente, aquilo que sei é, efetivamente, o que foi transferido em 2007 e o prejuízo que houve em 2007, que foi de 2,8 milhões de euros.

Se me permite, não foi, portanto, a ideia de um banco mau ou de um banco de resolução que presidiu à criação da sucursal, foi a ideia da necessidade de crescer organicamente, de fazer crédito, tal o objetivo do plano estratégico, e desses montantes só serem acomodados no Banco Caixa

Geral se ele tivesse aumentos de capital, que, provavelmente, tornariam ainda mais onerosa essa operação.

Sr. Deputado João Pinho de Almeida, relativamente à OPA da Sonae sobre a PT há uma pergunta sua, muito clara, sobre se eu falei com algum membro do Governo, etc., etc., etc. Sr. Deputado, eu não falei com nenhum membro do Governo, nem nenhum membro do Governo falou comigo. O Sr. Deputado perguntou-me. «E com outras pessoas?». Com outras pessoas não sei. Falei com muita gente durante esse tempo. Falei com os acionistas da PT, falei com a administração da PT, falei com a Sonae, falei com os advogados da Sonae, falei com o Banco de Investimento, o banco que apoiava a Sonae, falei com imensa gente, e percebi um destes dias que devo ter falado, também, com uma pessoa que ao que parece foi nomeada — disseram-me — assessora do Governo para efeitos de privatização, que era o Dr. Luís Vaz. A última vez que o vi foi em 2008, no Brasil, ele já estava noutra empresa, mas com ele de certeza que falei.

Quanto às razões da posição da Caixa sobre a OPA da PT, tentei transmitir-lhas, ou seja, é que não era suficientemente atrativa. Dir-me-á o Sr. Deputado «está bem», mas a única coisa que posso dizer é que pelos elementos essenciais que estavam na base daquele cálculo, que era a valorização da Vivo e o remanescente, a prazo — estamos só a falar da Vivo —, com todo o respeito, o Conselho da Caixa, por aquele preço, 10,5 milhões, que foi o valor corrigido, procedeu bem, acho eu.

Há um facto que posso referir aqui, na Comissão: é que eu perguntei ao Conselho de Administração da Caixa que posição é que a Caixa devia tomar. Mas há uma coisa que me perturba no que vou dizer. É que, efetivamente, um dos meus colegas — ainda não falei com todos — lembra-se dessa questão, outro, que eu acho que tem uma memória magnífica, não se lembra e isso deixa-me inquieto. Mas eu tenho para mim que perguntei ao Conselho de Administração da Caixa que posição é que devíamos tomar

relativamente à OPA, uma semana ou pouco antes do desfecho da dita OPA, e, se a memória não me está a inventar uma história — aqui não é falhar a memória, aqui é criar uma história —, o Conselho pronunciou-se no sentido de não aceitar a OPA, com dois membros a absterem-se.

Relativamente ao acompanhamento que a CGD fazia da política do Governo, tenho para mim que a CGD, como qualquer empresa ou qualquer conselho de administração, tem a obrigação de ter presente os interesses do seu acionista ou o que é que pensa o seu acionista, e não é, obrigatoriamente, que isso resulte da leitura do *Diário da República* ou do *Diário de Notícias*, como o Sr. Deputado sugeriu, mas mal seria que o banco público não tivesse em linha de conta o que pensa o acionista, e o acionista é, verdadeiramente, o Estado, representado umas vezes por governos com uma orientação política e outras vezes com outra orientação política, mas o acionista é, efetivamente, o Estado.

No meio disto tudo, lembro-me que – e, espero não me enganar, porque não li o papel – perguntei uma vez, e eu já não estava na Caixa, quais eram os bancos que mais apoiavam os projetos de infraestruturas, entendendo infraestruturas como projetos de obras públicas, de energia, de transporte de energia, e por aí fora. E, Sr. Deputado, com grande surpresa minha, a resposta que recebi, e que tenho de considerar que era boa – e, hoje em dia, nas organizações grandes, cada vez mais, a gestão é uma questão de bom senso e de confiança nos pareceres dos serviços, dos diretores, etc. –, foi que a Caixa era o terceiro banco em volume no apoio aos grandes projetos de infraestruturas. Bom, vejo pelo seu ar que a resposta que recebi era boa.

Relativamente ao caso do La Seda, deixe-me dizer-lhe que este é um caso em que eu fui perguntar – e desde que o Sr. Deputado falou tenho tentado lembrar-me a quem, se foi ao Ministro das Finanças, se foi ao Ministro da Economia, ou se foi só ao Dr. Basílio Horta, mas já não me lembro –, antes de a Caixa investir no capital do La Seda, como é que seria

tratado aquilo que, para nós, era um assunto que nos faria fazer esse investimento.

A Caixa investiu no capital do La Seda, em novembro de 2006, cerca de 5%, e, antes disso, eu perguntei qual era a grande razão desse investimento, ou, melhor, se a grande razão desse investimento era, mais uma vez, uma tentativa de alterar uma economia de base imobiliária e de crédito à promoção imobiliária para uma industrialização. Mas só fazia sentido fazer esse investimento se isso nos desse maior capacidade para instalar em Portugal uma fábrica de PET que, efetivamente, permitisse aproveitar aquilo que era produzido pelas refinarias da Galp em Sines.

Então, perguntei – e, repito, não me consigo lembrar a quem, mas com certeza a alguém com responsabilidades –, se era intenção assinarem aqueles contratos...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Os PIN?

O Sr. Dr. Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira: — Sim, os PIN. E eu fui discutir isso, fui discutir o que é que era possível, se estavam a pensar sim ou não, etc.

Deixe-me dizer-lhe, com todo o respeito que, depois, quanto a todos os outros factos que o Sr. Deputado referiu relativos a esta matéria já não consigo pronunciar-me sobre eles porque já me transcendem, nomeadamente as promessas de investimento público em 2008, a viabilidade financeira em 2009. Tudo isso já me transcende.

Relativamente a Vale do Lobo, os critérios para a concessão de créditos – e vêm citados nos jornais – são aqueles que eu referi e que se aplicaram a todos os casos. Volto a repetir que tenho essa profunda convicção. Os critérios aplicaram-se a todos os casos de pedidos de crédito,

a todos os casos de pedidos de crédito era aplicada a mesma fórmula, o mesmo processo, tudo!

Finalmente, desculpe-me dizer-lhe que, relativamente à Autoestradas do Douro Litoral não consigo, sequer, identificar quem eram os acionistas quanto mais identificar algum crédito que lhes tenha sido concedido.

Relativamente ao Grupo Lena, ele estava a ter crédito da Caixa – percebo pela intervenção do Sr. Deputado que disse que tinha –, mas a Caixa devia ser a tal terceira entidade financiadora de grandes infraestruturas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, está a querer dizer-me que quer uma terceira ronda?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente. Veja lá o que havia de me acontecer, a mim que não esgotei os 5 minutos na segunda ronda!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Srs. Deputados, na terceira ronda, cada grupo parlamentar tem 3 minutos, nem mais um segundo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, estou apenas a cumprir um direito que me assiste...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Posso ceder os meus 3 minutos ao Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não vou precisar deles, Sr. Deputado.

Sr. Doutor, só para lhe dizer que esta sua última resposta suscitou-me uma questão que me parece de grande relevo para esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Doutor disse que se recordava – não se lembrando concretamente a quem, mas disse que era, certamente, alguém de responsabilidade – de ter perguntado se o Governo estava ou não a pensar em atribuir aquilo a que se chama um PIN, um projeto de interesse nacional, ao projeto do La Seda.

Ora, e esta é a minha pergunta, pedia-lhe para tentar reviver e repescar na sua memória com quem terá falado. Creio que com a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) me parece difícil, porque a responsabilidade de um projeto PIN era do Ministro das Finanças e do Ministro da Economia.

Portanto, pergunto-lhe: com qual dos dois falou? E era ou não relevante para a Caixa Geral de Depósitos, quando olhava para um financiamento, o facto de ele vir sinalizado como um projeto PIN?

Na minha opinião, se o projeto PIN é identificado como tal, como sendo um projeto de interesse nacional, portanto, se tem esse carimbo dado pelo Governo, pergunto-lhe se em outros projetos PIN, e nesse também, o Governo terá conversado consigo – pelos vistos, aparentemente, sim – e lhe terá dito que aquele era um projeto em que o Governo tinha interesse, era um desígnio nacional e valia a pena o banco público olhar para ele com outros olhos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Galamba, devia ter aceite a sua sugestão de transferir os seus 3 minutos para o Deputado Hugo Soares!

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Há uma coisa que não estou aqui a perceber sobre se a Caixa acompanhava ou não a política económica do Governo.

É que havendo instrumentos, em Portugal, nomeadamente as linhas de crédito, que são criados pelo Governo mas cujo o *interface* com as empresas e quem as coloca no mercado são os bancos, pergunto-lhe se conhece algum período da história portuguesa onde os bancos em geral, e não apenas a Caixa Geral de Depósitos, tenham, de alguma forma, seguido a política económica do Governo?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro! Ninguém disse o contrário.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Parece-me que esta é uma constante desde que existe política económica e não uma característica singular e excêntrica do período em que o Sr. Doutor esteve à frente da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma primeira pergunta vai na linha do que perguntou o Sr. Deputado Hugo Soares e tem a ver com essa informação que o Sr. Doutor obteve junto de alguém relativamente a um projeto PIN.

A questão de o Estado ser acionista da Caixa é uma questão que tem, do ponto de vista da concorrência em mercado, onde a Caixa está inserida, algumas questões que são relevantes do ponto de vista dessa concorrência.

A Caixa estava a fazer uma avaliação de risco de financiamento nessa altura e teve uma informação relevante sobre a possibilidade, ou não, de um determinado projeto vir, ou não, a ter essa característica de ser um projeto PIN? Poderei partir do princípio que todos os outros bancos que, eventualmente, tivessem a analisar financiamento ao mesmo projeto tinham a mesma informação para poderem apreciar o risco de crédito dessa operação, ou não?

É melhor haver toda a transparência nestas questões, Sr. Doutor, e por isso é que lhe coloco esta questão, porque, como calculará, não estava em causa haver ou não, estava em causa a intenção de o Governo vir, ou não, a conceder algo que era relevantíssimo para o risco daquele crédito, que era ser ou não um projeto PIN.

Portanto, é relevante também saber em que termos é que esta relação existia. Aliás, por isso é que perguntei anteriormente como é que esta articulação era feita, porque não é indiferente, há as questões estratégicas e há as questões de mercado e ambas merecem aqui a nossa análise.

A última pergunta tem a ver com o projeto Vale do Lobo e com notícias que vieram a público, supostamente no âmbito de um processo judicial – isso já não posso dizer se sim ou se não, embora a notícia dissesse que sim – sobre o processo da concessão de crédito a este projeto, dizendo que três funcionários da Caixa Geral de Depósitos terão confirmado que o processo que foi analisado em Conselho de Crédito, não sei se alargado se não, era diferente daquele que tinha sido instruído pelos serviços, ou seja, que houve uma alteração do processo entre a análise dos serviços e a análise em Conselho de Crédito.

Gostaria de saber se tem alguma informação sobre isto, se isto pode ter acontecido neste caso e se pode ter acontecido noutros casos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. Santos Ferreira.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Deputado, só para lhe dizer que, na verdade, se eu tivesse na memória com quem tinha falado teria logo dito, porque, como o Sr. Deputado se terá recordado, fui eu que falei no assunto.

O Sr. Deputado, que já foi membro de um Governo, sabe que um Governo, perguntado sobre uma coisa destas, nunca diz: «com certeza» ou «não». O Governo diz: «depende do que vier», «depende do que for», «deixe lá ver», o que é natural. É natural! Nunca vi um outro Governo fazer de uma outra maneira.

A Caixa, ao fazer esta pergunta, violou alguma regra de concorrência? Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: sempre defendi que a Caixa tinha de atuar no mercado em pura concorrência com os outros bancos. Isto é, para mim, quase sagrado. E depois tem um *delta* de diferença. Não acredito em *spreads* mais baixos, não acredito em mais risco, sob pena de, a prazo, estarmos outra vez todos aqui... Já não será na minha vida, com certeza, mas é na vossa, que são mais novos. Portanto, isso não. Concorrência sempre, com uma diferença: é muito confortável ter uma Caixa pública nos tempos de crise. É muito confortável!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É essencial!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Se perguntasse ao Sr. Deputado, que é uma figura grada, digamos, de um determinado partido, se achava bem ou mal, o Sr. Deputado dizia. «nesta crise, gosto, quero...». Não sei, não ponho palavras na sua boca.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Há um projeto de resolução do CDS, de 2008, a apoiar essa solução.

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Mas, Sr. Deputado, isto não era informação privilegiada da Caixa.

O Sr. Deputado vê as coisas na *Internet*, e bem, e verá que este aumento de capital do La Seda, de que estou a falar, era sindicado por dois bancos. Nenhum deles era a Caixa e ambos atuavam, estavam ou eram portugueses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu sei!

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Portanto, não havia.

Relativamente à sua última questão, Sr. Deputado, não tenho essa informação sobre o processo de Vale do Lobo, que também sei que está a ser instruído, autonomamente ou integrado num outro processo — não sei, verdadeiramente, e não tenho informação sobre esse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Santos Ferreira, queria agradecer-lhe a sua presença na Comissão Parlamentar de Inquérito, o documento que nos deixa e as perguntas a que respondeu e que tornam a sua audição, de longe, a mais demorada desde que a Comissão Parlamentar de Inquérito começou. Portanto, pode levar essa «taça».

O Sr. Dr. **Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira**: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dou por encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 6 minutos.

Imagens projetadas durante a intervenção inicial do Sr. Dr. Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.

Slide 1

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar
de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral
de Depósitos e à Gestão do Banco

CARLOS SANTOS FERREIRA

Slide 2

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 2

ÍNDICE

1. Nota Prévia	4. Exercício de 2007
2. Introdução	4.1 Situação em geral e na Europa
2.1 Convite e Renúncia	4.1 Situação em Portugal
2.2 Administradores que saíram	4.3 A Caixa Geral de Depósitos
2.3 Administradores que entraram	Quotas de mercado em Portugal
2.4 Composição do Conselho de Administração	Principais indicadores
2.5 Pelouros	Crédito, Imparidades e Risco de crédito
2.6 Fiscal Único e Auditor Externo	Resultados, dividendos e impostos
3. Exercício de 2005	Ratings
3.1 Situação em geral e na Europa	Factos relevantes do exercício
3.2 Situação em Portugal	Nota
3.3 A Caixa Geral de Depósitos	5. Período 2005 – 2007
Quotas de mercado em Portugal	5.1 Crédito
Principais indicadores	5.2 Imparidades de crédito
Crédito, Imparidades e Risco de crédito	5.3 Ratings
Resultados, dividendos e impostos	6. Que se passou?
Ratings	
Factos relevantes do exercício	
Nota	

Slide 3

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 3

1. NOTA PRÉVIA

Inútil será sublinhar a minha disponibilidade para, na medida das possibilidades, prestar a informação que a Comissão necessite para atingir os seus objectivos.

Cumpre-me contudo alertar para alguns factos:

Iremos, porventura, falar de temas que ocorreram há nove, dez ou onze anos.

Não trouxe, quando deixei de exercer as minhas funções na CGD, quaisquer documentos da Empresa, nem mesmo actas de reuniões onde tivesse participado ou normas que tivessem sido publicadas.

Procurei, nestes tempos que precederam esta audição, ler documentos públicos como sejam os relatórios e contas. Mas, trabalhando sem staff desde já peço que seja relevado qualquer lapso que involuntariamente possa ter cometido nesta leitura e recolha de elementos.

Slide 4

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 4

2. INTRODUÇÃO

2.1 Fui convidado para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da CGD, em finais de Julho de 2005 pelo Ministro das Finanças de então, Prof. Teixeira dos Santos.

A Assembleia Geral electiva verificou-se em 1 de Agosto de 2005, produzindo a sua deliberação efeito a 04 de Agosto

Slide 5

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 5

2. INTRODUÇÃO (cont.)

2.2 Deixaram, pela deliberação de Agosto de 2005 de pertencer ao Conselho de Administração, 5 Senhores Administradores: o Presidente Dr. Vítor Martins, o Vice-Presidente Dr. João Freixa, a Dra. Gracinda Raposo e os Drs. Luis Alves Monteiro e Vila Cova.

2.3 Passaram a integrar o Conselho o Presidente (eu próprio) e os Drs. Armando Vara e Francisco Bandeira.

2.4 O Conselho de Administração reduzido de 11 para 9 elementos, passou, assim, a ter a seguinte composição:

Slide 6 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 6

2. INTRODUÇÃO (cont.)

- Presidente:	Carlos Santos Ferreira
- Vice-Presidente:	Dr. Antonio Maldonado Gonelha
- Administradores:	Dr. José Berberan e Santos Ramalho
	Dr. Vitor Lopes Fernandes
	Dr. Carlos Silva Costa
	Dra. Maria Celeste Cardona
	Dr. Norberto Sequeira Rosa
	Dr. Armando Martins Vara
	Dr. Francisco Marques Bandeira

Por carta de 27/12/2007, e referindo que tinha decidido encabeçar uma lista candidata ao Conselho de Administração do BCP S.A., renunciei ao lugar para que tinha sido eleito em 01/08/2005.

O novo Conselho de Administração foi eleito por Deliberação Unânime por escrito de 09 de Janeiro de 2008 que, nos seus próprios termos produziu efeitos a partir de 10 de Janeiro desse mesmo ano.

Slide 7 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 7

2. INTRODUÇÃO (cont.)

2.5 A distribuição inicial dos pelouros (Agosto de 2005) era a seguinte:

Carlos Santos Ferreira -	SGE - Secretaria Geral GAC - Gabinete Apoio Conselho DAI - Direcção de Auditoria Interna DGR - Direcção Gestão de Risco GIC - Gabinete Imagem e Comunicação Caixa-Banco Investimento	Dr. Carlos Silva Costa -	DNI - Direcção Negócio Internacional DAC - Departamento Apoio CGA DCR - Dir. Comercial Residentes/Estrangeiro DMK - Direcção Marketing Caixa Web Culturgest
Dr. Maldonado Gonelha -	Projecto "Lider" DFE - Direcção de Pessoal DAS - Departamento Apoio Serv. Sociais DCO - Direcção Consultoria e Organização DGE - Direcção Grandes Empresas DBI - Direcção Banca Institucional	Dr. Maria Celeste Cardona -	DAJ - Direcção Assuntos Jurídicos DRC - Direcção Recuperação Crédito NQT - Nota Privativa Sogruppo S.A.
Dr. José Berberan e Santos Ramalho -	DMF - Direcção Mercados Financeiros Caixa Gestão Activos	Dr. Norberto Sequeira Rosa -	DCP - Direcção de Planeamento, Orçamento e Controlo DCI - Direcção Contabilidade, Consolidação e Informação Financeira DSO - Direcção Suporte Operacional SIBS CISP Esegur
Dr. Vitor Lopes Fernandes -	Empresas de Seguros Sogruppo SI DMP - Direcção Meios de Pagamento DCE - Dir. Comercial Canais Electrónicos	Dr. Armando Martins Vara -	GPS - Gabinete Prevenção e Segurança DEN - Direcção Empresas Norte DES - Direcção Empresas Sul DPF - Direcção Participações Financeiras Sogruppo IV
		Dr. Francisco Marques Bandeira -	DPN - Direcção Particulares e Negócios Norte DPC - Direcção Particulares e Negócios Centro DPS - Direcção Particulares e Negócios Lisboa DPS - Direcção Particulares e Negócios Sul DFI - Direcção Financiamento Imobiliária Empresas de Crédito Especializado

Slide 8

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 8

2. INTRODUÇÃO (cont.)

Com a eleição do Dr. Carlos Silva Costa para exercer uma das vice-presidências do BEI em meados de 2006, o CA reduziu-se a 8 elementos e procedeu-se a uma redistribuição de pelouros:

Carlos Santos Ferreira -	SGE - Secretaria Geral GAC - Gabinete Apoio Conselho DAI - Direcção Auditoria Interna DGR - Direcção Gestão Risco (Risco Crédito) DPF - Direcção Participações Financeiras Culturgest Caixa Banco Investimento	Dr. Maria Celeste Cardona -	DAJ - Direcção Assuntos Jurídicos DRC - Direcção Recuperação Crédito Not - Nota Privativa Sogruppo SA Caixa Web
Dr. Maldonado Gonelha -	Projecto "Lider" DCO - Direcção Consultoria e Organização DGE - Direcção Grandes Empresas DAC - Departamento Apoio CGA DNI - Direcção Negócio Internacional	Dr. Norberto Sequeira Rosa -	DCP - Direcção Planeamento, Orçamento e Controlo DCI - Direcção Contabilidade, Consolidação e Direcção Financeira DSO - Direcção Suporte Operacional DCE - Direcção Comercial Canais Electrónicos Compliance Office SIBS / CISP / Esegur
Dr. José Berberan e Santos Ramalho -	DMF - Direcção Mercados Financeiros Caixa - Gestão Activos DGR - Direcção Gestão de Risco Sucursais Londres, Nova Iorque, Cayman	Dr. Armando Martins Vara -	DPI - Direcção Particulares e Negócios Lisboa DPS - Direcção Particulares e Negócios Sul DES - Direcção Empresas Sul Sogruppo GI GPS - Gabinete de Prevenção e Segurança Direcção Comunicação Sucursais França, Luxemburgo e Mónaco DBI - Direcção Banca Institucional
Dr. Vitor Lopes Fernandes -	Empresas de Seguros Sogruppo SI DMP - Direcção Meios Pagamento DMK - Direcção Marketing DFI - Direcção Financiamento Imobiliário	Dr. Francisco Marques Bandeira -	DPN - Direcção Particulares e Negócios Norte DPC - Direcção Particulares e Negócios Centro DEN - Direcção Empresas Norte DBR - Direcção Banco para Residentes Estrangeiros DFE - Direcção Pessoal DAS - Departamento Apoio aos Serviços Sociais Empresas Crédito Especializado

Slide 9

2. INTRODUÇÃO (cont.)

2.6 Fiscal Único e Auditor Externo

Nos termos dos estatutos então em vigor, a CGD tinha como Fiscal Único a SROC Oliveira Rego & Associados, representada pelo seu sócio Manuel de Almeida Rego e como Auditor Externo a Deloitte & Associados SROC, SA, representada pela Dra. Maria Augusta Cardador Francisco.

Slide 10

3. EXERCÍCIO DE 2005

3.1 Em 2005 a economia mundial mantinha um elevado dinamismo com uma taxa de expansão da ordem dos 4,3%.

▲ 4,3%

As trocas comerciais aceleraram-se durante o ano sobretudo com a intervenção da China e Índia e dos Países da Europa Central e do Leste que aderiram à EU em Maio de 2004.

▲ Trocas comerciais

A Ásia (excepto o Japão) era a região de maior crescimento com taxas superiores a 7% (2,5% no Japão) enquanto os EUA cresciam a 3,5%.

▲ 7%^{Ásia} 3,5%^{EUA}

A economia da União Europeia crescia a uma taxa mais modesta de 1,5%.

▲ 1,5%

A taxa de juro directora nos EUA era 4,25% e a do BCE 2,25% (com um aumento de 0.25 p.p. em Dezembro).

▲ 4,25%^{EUA} 2,25%^{BCE}

Slide 11

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Os principais índices de acções registaram valorizações significativas:

DJ STOXX 50	+20,9%
S&P 500	+ 4,0%
FOOTSIE	+ 17,1%
DAX	+ 28,8%
NIKKEI 225	+ 40,2%

3.2 Em 2005 a economia portuguesa registou um aumento real do PIB de 0,3 (1,3% em 2004, -1,2% em 2003).

A taxa Euribor era a 1 mês 2,4% e a 12 meses 2,84%.

Na Bolsa, o volume de transacções cresceu 7,6%, o número de investidores activos em títulos portugueses aumentou e o PSI 20 valorizou-se 13,4%.

Slide 12

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

3.3 Em 2005 a Caixa Geral de Depósitos apresentava a seguinte situação no que se refere a:

Quotas de mercado em Portugal
Principais indicadores
Credito, Imparidades e Risco de Crédito
Resultados, Dividendos e Impostos
Ratings
Factos relevantes do exercício
Nota

Slide 13

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Quotas de mercado em Portugal
(Dezembro de 2005)

	Quota	Ranking
Actividade Bancária		
. Activo Líquido ¹	30,9%	1º
. Crédito a Clientes	22,1%	2º
. Empresas	13,7%	-
. Particulares	28,1%	-
. Habitação	33,5%	1º
. Depósitos de clientes	30,2%	1º
. Depósitos particulares	35,8%	1º
Actividade Seguradora		
. Total	22,3%	1º
. Vida	16,6%	3º
. Não Vida	34,3%	1º
Crédito Especializado		
. Imobiliário	11,4%	4º
. Mobiliário	9,2%	5º
. Factoring	14,2%	3º
Resultados Líquidos ¹	24,9%	2º

¹ Considerando os Resultados Consolidados dos 5 maiores grupos do sistema bancário português.

Slide 14 — [voltar](#)

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Principais Indicadores (Dezembro de 2005) milhões €

	Individual	Consolidado
Activo Líquido	73.648	84.661
Crédito (bruto)	45.416	51.337
. Empresas	-	17.972
. Particulares	-	30.567
. SPA	-	2.808
Recurso Clientes	43.192	50.162
Resultado (líquido impostos)	351	538
Rácio solvabilidade (BP)	11%	12,40%
Tier 1 (BP)	7,50%	7,40%
Crédito com incumprimento/ Crédito Total	2,69%	2,69%
Crédito Vencido/ Crédito Total	2,39%	2,44%
Cost/Income	57,30%	61,20%
ROE (após impostos)	-	15,10%
Nº empregados	10.832	20.778
Nº agências		
Portugal	770	770
Estrangeiro	-	328
Nº escritórios representação	-	10
Capitais Próprios	3.986	-

Slide 15

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 15

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Crédito, Imparidades e Risco de Crédito
(Dezembro de 2005)
Milhões de €

Crédito Bruto	51.337,2
Imparidades (saldo)	1.401,3
Crédito Líquido	49.935,9
Imparidades (fluxos)	252,4
Custo do risco de crédito	0,49%

Slide 16 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 16

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Resultados, Dividendos e Impostos
(2005)
Milhões de €

Capital (início período)	2.950
Aumentos capital	0
Dividendos	195
Impostos correntes	124,6

Slide 17 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 17

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

Ratings (2005)

	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Standard & Poors	A-1	A+	Estável
Moody's	Prime -1	Aa3	Estável
Fitchratings	F1+	AA-	Negativo

Slide 18

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 18

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em 2005 verificou-se:

- 1 – A Conclusão dos projectos anteriormente decididos, de desinvestimento no Brasil com a alienação da participação no Unibanco e de investimento em Espanha com o aumento de capital do Banco Simeon.
- 2 – A continuação do Projecto “Líder” lançado em 2004 e focado na actividade de retalho em Portugal (segmentação das redes, optimização de alguns segmentos – gama alta, gama média com potencial e universitários - melhoria da oferta de produtos e melhoria de eficiência e rentabilidade).
- 3 – A Manutenção da liderança no crédito hipotecário e lançamento dum produto vocacionado para a reabilitação urbana com spread 0.
- 4 – O Início do projecto de “Assurfinance” (venda de produtos bancários na rede de mediação)

Slide 19

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 19

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em 2005 verificou-se:

- 5 – O Início da actividade na área do microcrédito aproveitando o facto de 2005 ter sido designado, pela ONU, como o “Ano Internacional do Microcrédito”.
- 6 – A Entrada em vigor das normas internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS) também conhecidas por Normas Internacionais de Contabilidade que determinou impactos ao nível do activo, do passivo e dos capitais próprios.
- 7 – O desenvolvimento, na dependência directa do Conselho de Administração, do “Gabinete de Compliance” ao qual passou a competir a coordenação da identificação e gestão de risco de compliance da CGD (gestão de risco de “compliance e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo).

Slide 20

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 20

3. EXERCÍCIO DE 2005 (cont.)

NOTA

“...às vezes, mal chegamos a um sítio temos a tentação de logo reestruturar alguma coisa. Agora em 2005, embora seja sempre possível fazer diferente e melhor, diria que a Caixa estava em velocidade de cruzeiro.”

“... Em 2005 havia crédito fácil, taxas de juro atractivas (embora mais altas que as actuais) não havia limitações de liquidez nem exigências adicionais de capital e vivia-se um período, até, de alguma euforia na actividade bancária”.

(CSF in "História da Caixa Geral de Depósitos 1974 – 2010 – Política Nacional, Banca Pública e Interligação Europeia". Pedro Lains. Págs 322/326)

Slide 21

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 21

4. EXERCÍCIO DE 2007

4.1 Em 2007 o 1º semestre caracterizou-se por um crescimento robusto da actividade económica e comércio mundiais, cenário este que se alterou na 2ª parte do ano na sequência da crise do “subprime” nos EUA.

Apesar disso e em termos globais, o PIB expandiu-se 4,9% com a China e a Índia a crescerem 11,2% e 8,9%.	 4,9%
Nos EUA o crescimento reduziu-se de 2,9% em 2006 para 2,2% em 2007 reflectindo uma queda do investimento total.	 2,2%
Por seu turno, a União Europeia viu o seu PIB crescer 2,8%	 2,8%

A taxa de referência dos EUA foi reduzida em 100bp voltando ao nível de 2005, 4,25%. Em sentido contrário o BCE aumentou as taxas de referência primeiro de 3,5% para 3,75% e depois para 4%, sem prejuízo de no 1º trimestre de 2008, face à situação que se desenhava as ter baixado para 2,25%.

Slide 22

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Os principais índices bolsistas valorizaram-se no decurso do ano:

Dow Jones	+6,6%
Nasdaq	+9,8%
S&P 500	+3,5%
DAX	+22,3%
Ibex	+7,3%

4.2 Em 2007 a economia portuguesa registou um crescimento do PIB de 1,9% (1,2% em 2006).

A taxa Euribor era a 1 mês 4,29% e a 12 meses 4,74%

Na bolsa o PSI-20 valorizou-se 16,3%.

Slide 23

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

4.3 Em 2007 a Caixa Geral de Depósitos apresentava a seguinte situação no que se refere a:

- Quotas de mercado em Portugal
- Principais indicadores
- Credito, Imparidades e Risco de Crédito
- Resultados, Dividendos e Impostos
- Ratings
- Factos relevantes do exercício
- Nota

Slide 24

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 24

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Quotas de mercado em Portugal
(Dezembro de 2007)

	Quota	Ranking
Actividade Bancária		
- Activo líquido ¹	30,5%	1º
- Crédito a Clientes	20,3%	2º
- Empresas	14,9%	3º
- Particulares	23,6%	1º
- Habitação	27,2%	1º
- Depósitos de clientes	27,2%	1º
- Depósitos particulares	32,9%	1º
Actividade Seguradora		
- Total	26,0%	1º
- Vida	23,6%	1º
- Não Vida	31,2%	1º
Crédito Especializado		
- Imobiliário	17,0%	3º
- Mobiliário	12,9%	5º
- Factoring	13,9%	3º
Resultados Líquidos ¹	29,6%	1º

¹ Considerando os Resultados Consolidados dos 5 maiores grupos do sistema bancário português

Slide 25 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 25

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Principais Indicadores (Dezembro de 2007) milhões €

	Individual	Consolidado
Activo Líquido	90.053	103.554
Crédito (bruto)	57.266	68.573
- Empresas	-	27.857
- Particulares	-	37.958
- SPA	-	2.658
Recurso Clientes	45.366	54.039
Resultado líquido (impostos)	666	856
Rácio solvabilidade (BP)	11,40%	10,10%
Tier 1 (BP)	-	6,70%
Crédito com incumprimento/ Crédito Total	2,10%	2,10%
Crédito Vencido/ Crédito Total	2,08%	2,09%
Cost/income	50%	55,10%
ROE (após impostos)	-	17,10%
Nº empregados	10.401	20.562
Nº agências		
Portugal	810	810
Estrangeiro	-	377
Nº escritórios representação	-	11
Capitalis Próprios	4.933	-

Slide 26

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 26

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Crédito, Imparidades e Risco de Crédito
(Dezembro de 2007)
Milhões de €

Crédito Bruto	68.573,10
Imparidades (saldo)	1.728,80
Crédito Líquido	66.844,30
Imparidades (fluxos)	249,4
Custo do risco de crédito	0,36%

Slide 27 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 27

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Resultados, Dividendos e Impostos
(2007)
Milhões de €

Capital (início período)	2.950
Aumentos capital	150
Dividendos	340
Impostos correntes	315,2

Slide 28 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 28

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

Ratings
(2007)

	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Standard & Poors	A-1	A+	Positivo ²
Moody's	Prime -1	Aa1 ¹	Estável
Fitchratings	F1+	AA1	Estável ³

¹ Subida de 2 notches em Dezembro 2007
² Mudança de "instável" para positivo em Agosto 2007
³ Mudança de "negativo" para estável em Setembro 2007

Slide 29

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 29

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em 2007 verificou-se:

- 1 – A Consolidação da liderança na área dos seguros
Aquisição da Companhia Portuguesa de Resseguro
Criação da Multicare
- 2 - Em Moçambique a aquisição de 9% do capital do BCI, passando a CGD a deter 51%.
- 3 – O Acordo CGD/BEI respeitando a uma linha de crédito de 100 milhões destinada a financiar empresas.
- 4 – O Aumento de capital da CGD em 150 m €.
- 5 – A Publicação do Decreto-Lei 106/2007 de 3 Abril que alterou os estatutos da CGD.

Slide 30

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 30

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em 2007 verificou-se:

- 6 – Na Sequência da publicação do Decreto-Lei 106/2007 de 3 de Abril procedeu-se à eleição da Mesa da Assembleia Geral para completar o mandato (Presidente Professor Manuel Lopes Porto, Vice-Presidente Dr. Daniel Proença de Carvalho, Secretário Dr. José Lourenço Soares) e elegeu-se o Conselho Fiscal (Presidente Prof. Eduardo Paz Ferreira, Vogal Dr. José Castelo Branco e Dra. Maria Rosa Tobias Sá).
- 7 – Janeiro de 2008 - Reconhecimento legal da Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest.
- 8 – Fevereiro de 2008 - Autorização do Banco Central do Brasil para a constituição do Banco Caixa Geral – Brasil.

Slide 31 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 31

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

NOTAS

“ Sallienta-se que o ultimo trimestre de 2007 foi vivido num clima de preocupação, originado pelos problemas do mercado de crédito subprime nos EUA, com a instalação duma crise nos mercados financeiros, caracterizada, simultaneamente, por uma crise de liquidez das instituições, incerteza quanto ao futuro, imprevisibilidade, graves problemas de solvência em algumas instituições financeiras internacionais, tensões nos mercados monetários, queda das bolsas e revisões sucessivas em baixa das previsões de crescimento das economias, começando nos EUA mas afectando todas as outras. Os sinais de alarme intensificaram-se a partir de Novembro. A obtenção e o custo do “funding” foram-se agravando.

Nos primeiros meses de 2008, os activos com maior risco estão a ser muito penalizados dado o clima de incerteza materializada em volatilidade, confirmando que se está perante uma crise complexa e difícil.

Os bancos estão assim a adaptar as suas estratégias comerciais à nova envolvente.

Os preços têm de ser ajustados às condições de “funding” dos bancos. No entanto o nosso objectivo é o de fornecer crédito em condições competitivas, mas de mercado, à economia e aos nossos clientes.

Slide 32 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 32

4. EXERCÍCIO DE 2007 (cont.)

NOTAS

Estamos em condições de o fazer, devido à nossa solidez: a CGD mantém uma boa posição de liquidez, boa rentabilidade, confortáveis rácios de solvência, de Tier 1 e de Core Tier 1, amplos rácios de cobertura, correcta política de controlo de risco e capacidade de gestão e supervisão adequada.

As novas metas do plano estratégico da CGD para o triénio de 2008/2010 deverão reflectir a situação complexa que se vive nos mercados financeiros internacionais.

Os resultados alcançados em 2007 são pois, um objectivo exigente difícil de atingir (ou superar) no actual contexto do mercado em que se espera um crescimento mais moderado no crédito e recursos.”

In “Relatório e Contas da CGD de 2007. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração que iniciou o seu mandato a 10 de Janeiro de 2008”

Slide 33

5. PERÍODO 2005-2007

5.1 Crédito

No período de 2005 – 2007 não houve uma “euforia” de crédito na CGD em Portugal.

A evolução das quotas de mercado de mostra isso.

	Dez 2005	Dez 2006	Dez 2007
Crédito a Clientes	22,1%	20,2%	20,3%
. Empresas	13,7%	13,4%	14,9%
. Particulares	28,1%	24%	23,6%
. Habitação	33,5%	27,7%	27,2%

Verificou-se, pelo contrário, uma redução da quota de mercado no total do crédito, redução essa mais acentuada no Crédito à Habitação, sendo que o único crescimento de quota se verificou no sector de empresas.

Slide 34

5. PERÍODO 2005-2007

5.2 Imparidades de crédito

No período de 2005 – 2007 as imparidades de crédito mantiveram-se praticamente constantes e em linha com 2004.

	2004	2005	2006	Milhões € 2007
Imparidades de crédito	225,6	252,4	232,1	249,4

Slide 35

5. PERÍODO 2005-2007

Contudo o nível das imparidades e do custo do risco de crédito não superou o de outros bancos portugueses comparáveis.

		Milhões €		
		CGD	BCP	BES
2004	Imparidades	225,6	134	226
	Custo do Risco Crédito	0,47%	0,26%	0,88%
2005	Imparidades	252,4	113	220
	Custo do Risco Crédito	0,49%	0,21%	0,71%
2006	Imparidades	232,1	120	182
	Custo do Risco Crédito	0,39%	0,21%	0,51%
2007	Imparidades	249,4	260	213
	Custo do Risco Crédito	0,36%	0,39%	0,49%
2008	Imparidades	447,6	544,7	274,4
	Custo do Risco Crédito	0,58%	0,71%	0,57%
2009	Imparidades	416,8	560	539,9
	Custo do Risco Crédito	0,52%	0,72%	1,07%
2010	Imparidades	369,1	713,3	351
	Custo do Risco Crédito	0,44%	0,93%	0,67%

Slide 36 — voltar

5. PERÍODO 2005-2007

5.3 Ratings

No período de 2005 – 2007 os ratings mantiveram-se estáveis. Mais do que isso, as 3 agências melhoraram, uma no de Longo Prazo e duas nos outlooks. E isto em 2007.

Ratings
(2005 - 2006 - 2007)

	Curto Prazo			Longo Prazo			Outlook		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Standard & Poors	A-1	A-1	A-1	A+	A+	A+	Est	Est	Positivo (1)
Moody's	Prime - 1	Prime - 1	Prime - 1	Aa3	Aa3	Aa1 (2)	Est	Est	Est
Fitchratings	F1+	F1+	F1+	AA-	AA-	AA-	Neg (4)	Neg	Est (3)

(1) Agosto 2007
(2) Maio 2007
(3) Maio 2007
(4) Setembro 2005

Slide 37 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 37

6. O QUE SE PASSOU?

O que se passou foi que a crise que se pressentia no último trimestre de 2007 aconteceu mesmo:

6.1 O PIB mundial viu o seu crescimento anual cair de 5,6% em 2007 para 4,2% em 2011, para 3,4% em 2014 e para 3,1% em 2015.

5,6% 2007

3,1% 2015

A taxa de juro da Reserva Federal dos EUA (valor de final do ano) desceu de 4,25% em 2007 para 0,25% em 2014 procurando, com isto facilitar o financiamento da economia.

4,25% 2007

0,25% 2014

A taxa de juro do Banco Central Europeu (valor do final do ano), por sua vez, desceu de 4% em 2007 para 0,05% em 2014.

4% 2007

0,05% 2014

Slide 38 — [voltar](#)

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 38

6. O QUE SE PASSOU?

6.2 Em Portugal a taxa de crescimento anual do PIB passou de 2,5% em 2007 para -1,8% em 2011 começando a subir seguidamente.

2,5% 2007

-1,8% 2011

O rating da Dívida Pública Portuguesa cai abruptamente e num período curto.

	2007	2011	2014	2015
Moody's	Aa2	Ba2	Ba1	Ba1
Fitch	AA	BB+	BB+	BB+
S&P	AA-	BBB-	BB	BB+

Slide 39

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 39

6. O QUE SE PASSOU?

O desemprego viu a sua taxa crescer de 8% em 2007 para 12,7% em 2011, 16,2% em 2013 começando depois a descer para 13,9% em 2014 e 12,4% em 2015.

A balança de pagamentos (corrente e de capital) em % de GDP passou de -8,8% em 2007 para -10,7% em 2008 começando apenas a equilibrar-se (0,3% em 2012).

A dívida pública, em % do GDP foi crescendo de forma sustentada, de 68,4% em 2007 até à previsão de 128,8% em 2015.

Slide 40 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 40

6. O QUE SE PASSOU?

6.3 No sistema financeiro português em geral e na Caixa Geral de Depósitos em particular, a crise fez-se igualmente sentir.

Margem financeira e Euribor

No período de 2005 – 2007 a margem financeira da CGD foi subindo progressivamente. Atingiu o seu pico em 2008, tendo caído cerca de 560 milhões no ano de 2009. Estável em 2010, subiu em 2012 mas voltou a cair significativamente em 2013, tendo recuperado em 2014 e 2015. A correlação com a variação das taxas da Euribor é uma evidência.

Anos	Margem Financeira	Taxa Euribor - Dez			
		1 mês	3 meses	6 meses	12 meses
2004	1417,9	2,16%	2,2%	-	-
2005	1454,5	2,40%	2,5%	-	2,84%
2006	1777,9	3,58%	3,7%	3,85%	4,03%
2007	2032,0	4,83%	4,66%	4,70%	4,74%
2008	2201,4	3,52%	2,85%	2,94%	3,02%
2009	1641,3	0,47%	0,70%	0,99%	1,25%
2010	1612,7	0,81%	1,00%	1,22%	1,50%
2011	1832,0	1,20%	1,343%	1,606%	1,937%
2012	1357,2	0,113%	0,188%	0,319%	0,543%
2013	930,7	0,170%	0,284%	0,387%	0,555%
2014	1038,3	0,021%	0,076%	0,169%	0,323%
2015	1187,9	-0,161%	-0,132%	-0,041%	0,058%

Slide 41 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 41

6. O QUE SE PASSOU?

Crédito, Imparidades e Risco de Crédito

Também os fluxos de imparidades aumentaram embora em linha com o mercado. Assinale-se aliás que a soma das imparidades de crédito da CGD (2008 a 2015) é inferior à do MillenniumBCP e do BES.

		CGD	BCP	BES(1)	BST	BPI	CEMG	BANIF	CA	SOMMA
2004	Crédito bruto	48 100	52 147	27 715	16 502	19 290	10 686	5 657	nd	180 097
	Imparidades (saldo)	1 211	1 277	732	571	291	336	143	nd	4 606
	Crédito líquido	46 889	50 870	26 983	15 931	18 999	10 350	5 509	nd	175 490
	Imparidades (fluxos)	226	134	216	nd	62	68	44	nd	761
2005	Crédito bruto	51 337	54 254	30 832	27 747	21 270	12 765	6 285	nd	194 510
	Imparidades (saldo)	1 401	1 344	810	498	307	370	135	nd	4 887
	Crédito líquido	49 936	52 909	30 022	27 249	20 963	12 415	6 149	nd	199 624
	Imparidades (fluxos)	252	113	220	65	47	76	34	nd	808
2006	Crédito bruto	58 824	57 912	35 752	28 826	24 941	13 858	7 210	7 764	234 888
	Imparidades (saldo)	1 556	1 242	869	471	311	297	165	779	5 693
	Crédito líquido	57 268	56 670	34 883	28 355	24 630	13 661	7 045	6 985	229 194
	Imparidades (fluxos)	232	120	182	23	36	75	81	40	738
	Costo do risco de crédito	0,39%	0,21%	0,51%	0,08%	0,14%	0,54%	0,44%	0,54%	0,31%

Continua

Slide 42 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 42

6. O QUE SE PASSOU?

		CGD	BCP	BES(1)	BST	BPI	CEMG	BAIF	CA	SOMA
2007	Crédito bruto	69.636	66.871	43.161	30.746	27.603	14.903	8.816	7.467	269.205
	Imparidades (saldo)	1.729	1.222	990	442	373	298	196	347	5.598
	Crédito líquido	67.907	65.650	42.170	30.304	27.230	14.605	8.620	7.120	263.608
	Imparidades (fluxo)	249,4	266	213	67	112	86	27	46	1.082
2008	Custo do risco de crédito	0,36%	0,39%	0,49%	0,22%	0,41%	0,58%	0,31%	0,88%	0,40%
	Crédito bruto	77.432,3	76.645,5	48.197,5	33.154,8	29.723,8	15.406,0	9.331,3	8.372,7	298.263,9
	Imparidades (saldo)	2.121,1	1.480,5	1.149,1	442,2	448,6	396,1	110,8	427,3	6.574,7
	Crédito líquido	75.311,2	75.165,0	47.048,5	32.712,6	29.275,2	15.009,9	9.220,6	7.945,3	291.689,2
2009	Imparidades (fluxo)	447,6	544,7	376,4	22,3	143,7	97,8	58	77,6	1.058,2
	Custo do risco de crédito	0,58%	0,71%	0,57%	0,07%	0,48	0,64	0,54%	0,93%	0,56%
	Crédito bruto	79.624,2	77.348,2	50.531,2	32.905,8	30.486,6	15.176,3	9.838,8	8.858,8	304.769,2
	Imparidades (saldo)	2.405,2	2.157,1	1.552,3	487,5	530,4	493,9	197,1	467,3	8.290,8
2010	Crédito líquido	77.219,0	75.191,1	48.978,9	32.418,3	29.956,2	14.682,4	9.641,7	8.391,5	296.478,4
	Imparidades (fluxo)	416,9	569	539,9	96,3	166,4	147,8	89,4	77,9	2.094,6
	Custo do risco de crédito	0,52%	0,72%	1,07%	0,29%	0,55%	0,97%	0,91%	0,88%	0,69%
	Crédito bruto	84.517,0	76.411,3	52.606,1	33.350,7	30.608,9	15.075,9	10.333,7	8.606,2	311.510,0
2011	Imparidades (saldo)	2.609,8	2.505,9	1.777,0	536	553,9	521,8	305,6	537,2	9.548,0
	Crédito líquido	81.907,2	73.905,4	50.829,1	32.814,7	30.055,0	14.554,1	10.027,9	8.069,0	302.062,0
	Imparidades (fluxo)	369,1	713,3	351,8	113,7	-121,1	113	123,2	104,3	2.029,5
	Custo do risco de crédito	0,44%	0,93%	0,67%	0,34%	0,40%	0,75%	1,29%	1,21%	0,65%
2012	Crédito bruto	81.630,9	31533,1	51.210,8	29.011,9	28.994,5	17.477,1	9.881,4	8.587,0	288.326,7
	Imparidades (saldo)	3.383,2	3.487,8	2.167,4	671,9	676,3	770,5	371,7	508,7	12.127,5
	Crédito líquido	78.247,8	68.045,3	49.043,4	28.339,9	28.318,2	16.706,6	9.509,8	7.988,3	286.199,2
	Imparidades (fluxo)	825,9	1.311,8	600,6	227,7	212,2	150,1	133,4	511,5	3.944,4
2013	Custo do risco de crédito	1,01%	1,80%	1,17%	0,79%	0,74%	0,80%	1,35%	1,30%	1,20%

Continua

Slide 43 — voltar — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 43

6. O QUE SE PASSOU?

		CGD	BCP	BES(1)	BST	BPI	CEMG	BAIF	CA	SOMA
2012	Crédito bruto	78.923,0	66.861,0	50.398,7	27.908,0	28.128,6	16.825,8	10.913,7	8.385,4	288.124,4
	Imparidades (saldo)	4.189,4	4.242,7	2.692,3	968,7	783,2	922,3	1.097,8	648,0	15.541,8
	Crédito líquido	74.733,6	62.618,2	47.706,4	26.940,4	27.345,5	15.703,5	9.816,0	7.737,6	272.582,5
	Imparidades (fluxo)	1010,5	1.684,2	814,4	378,1	-269,4	8.171,3	410,7	113,3	4.852,2
2013	Custo do risco de crédito	1,29%	2,52%	1,62%	1,35%	0,96%	1,03%	3,76%	1,35%	1,68%
	Crédito bruto	74.586,9	60.222,3	49.723,3	27.172,4	26.897,1	1.664,7	9.129,2	8.196,8	272.536,4
	Imparidades (saldo)	4.512,4	3.420,1	3.387,4	1.077,9	931,9	1.051,5	1.160,1	706,7	16.248,1
	Crédito líquido	70.074,5	56.802,2	46.335,8	26.095,5	25.965,1	15.555,1	7.969,0	7.490,1	256.288,3
2014	Imparidades (fluxo)	817,8	820,8	1.005,1	197	272,4	298,8	298,3	139,5	3.850,0
	Custo do risco de crédito	1,10%	1,36%	2,02%	0,73%	1,01%	1,80%	3,27%	1,70%	1,41%
	Crédito bruto	72.093,9	57.169,4	41.150,2	26.685,6	26.305,6	16.612,1	7.905,7	8.147,4	256.068,8
	Imparidades (saldo)	5.230,3	3.482,7	6.116,6	1.161,6	1.036,7	1.385,9	1.020,7	837,5	20.302,0
2015	Crédito líquido	66.863,6	53.686,6	35.033,6	25.524,0	25.269,0	15.226,2	6.885,0	7.309,8	235.766,8
	Imparidades (fluxo)	854,1	1.107,0	2.303,2	111,2	193,2	524,6	171,8	166,1	5.431,2
	Custo do risco de crédito	1,18%	1,94%	5,60%	0,42%	0,73%	3,16%	2,17%	2,04%	2,12%
	Crédito bruto	70.956,7	5.384,2	38.418,5	32.802,0	25.260,3	15.944,0	2.194,0	8.429,6	249.389,4
2016	Imparidades (saldo)	5.197,7	3.648,0	6.792,0	1.021,0	878,7	1.281,7	1.448,0	851,9	21.219,0
	Crédito líquido	65.759,0	51.736,2	31.626,5	31.781,0	24.381,6	14.662,3	748	7.577,7	228.170,5
	Imparidades (fluxo)	557,5	833	746,3	120,4	117	258,7	1.448,0	206,6	4.208,3
	Custo do risco de crédito	0,79%	1,50%	1,94%	0,30%	0,54%	1,62%	66,00%	1,29%	1,65%
2016 a 2015	Soma Imparidades	5.288,9	7.594,8	6.636,2	1.265,8	1.516,5	1.762,1	2.725,0	896,9	27.685,1
	Imparidade Média	662,4	949,4	829,5	158,2	189,6	220,3	340,6	112,4	3.642,1
	Crédito bruto médio	77.421,6	67.496,7	47.729,4	30.374,0	28.200,6	16.115,5	8.691,8	8.445,7	284.873,4
	Custo do Risco de crédito	0,85%	1,40%	1,24%	0,52%	0,67%	1,37%	3,22%	1,33%	1,23%
2016 a 2015	Custo do Risco de crédito (total)	6,80%	11,20%	13,90%	4,20%	5,40%	10,90%	31,40%	10,60%	9,70%

Slide 44 —voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 44

6. O QUE SE PASSOU?

Imparidades por Outros Activos

Sem prejuízo de outros itens julgo que deveremos olhar para as participações ditas “estratégicas” da Caixa Geral de Depósitos.

No período de 2005-2007, as participações ditas “estratégicas” da CGD mantiveram-se num montante estável.

Ao contrário do que se poderia pensar, as participações financeiras da CGD não correspondem a uma estratégia pensada e friamente executada. No fundo e na essência correspondem à resposta a necessidades de aumento de capital por parte de um Estado carente de meios num processo que decorre essencialmente entre 1997 e 2003.

Na sua larga maioria resultaram pois da iniciativa do accionista Estado, através da entrada em espécie em aumentos de capital ou de recomposições societárias no sector público empresarial.

Slide 45

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 45

6. O QUE SE PASSOU?

	Data do início da participação	Motivo	% K	
			2005	2007
BCP	Mai de 2000	Processo Champalimaud	2,11%	2,20%
EDP	Dezembro de 1997 (1)	Permuta Parpublica	4,78%	5,30%
PT	Julho de 1998 (2)	Aumento capital pelo Estado	4,60%	5,73%
PTM	2003	Aquisição ao Caixa Banco Investim.	1,28%	13,98%
AdP	2002	Aumento capital pelo Estado (3)	20,37%	20,37%
REN	Dezembro de 2001	Aumento capital pelo Estado (4)	19,99%	20%
CIMPOR	2005	Aquisição pela CGD	4,56%	0 (5)
GALP	2006	Aquisição pela CGD	1%	1,07%

(1) Em Dezembro de 1997 através de permuta com a Partest entregou acções da Soporcel e recebeu 4,75% em acções não privatizadas da EDP que alienou em Nov 2004 à Parpublica. Em Novembro de 2004 foram exercidos direitos de subscrição de 4,78%. Em Dezembro 2004 no âmbito do aumento de K a CGD recebeu 4,91% de acções não privatizadas da EDP que vendeu em 2005 à Parpublica com uma mais valia de cerca de 9 milhões.

(2) Aumento de capital da CGD em Julho 1998 e Junho 2000 = aumento de capital + participação 5ª fase da privatização.

(3) No processo de dissolução do IPE a CGD recebeu acções não privatizadas representativas de 20,37% da AdP em troca da sua participação no IPE.

(4) No aumento de capital de 2001 (200 milhões €) o Estado entregou a CGD um lote de acções não privatizadas representativo de 19,999% do capital social e valorizado em 160 milhões €.

(5) Mais valia realizada de 16,7 milhões de Euros.

Slide 46

6. O QUE SE PASSOU?

A crise que se inicia em 2008 tem um efeito muito significativo no conjunto destas participações financeiras. Em 31.12.2007 o valor de mercado da carteira de participações das empresas cotadas (BCP, Galp, EDP, PT e ZON) era de cerca de 2,100 milhões de € com um valor de aquisição de 1,770 milhões. Um ano depois, em 31.12.2008 e acrescida a carteira com acções da EDP Renováveis e da Brisa, o seu valor era de 1,246 milhões.

Slide 47

6. O QUE SE PASSOU?

Margem Financeira, Resultados e Dividendos

A deterioração da margem financeira, e o aumento das imparidades de crédito e de outros activos reflectiram-se inevitavelmente na rentabilidade dos Bancos.

O ROE¹ do sector bancário cai de 19,1% em 2007 para 11,1% em 2008; 9,8% em 2009 e 8,6% em 2010.

No caso da CGD o quadro seguinte permite ver uma correlação clara.

Anos	milhões €			
	Margem Financeira (consolidada) (1)	Resultados (consolidados)	Dividendos	Impostos Correntes
2004	1417,9	408,0	0	21,4
2005	1454,5	537,7	195,0	124,6
2006	1777,9	733,8	260,0	265,8
2007	2032,0	856,3	340,0	315,2
2008	2201,4	459,0	300,0	-8,6
2009	1641,3	278,9	170,2	129,2
2010	1612,7	254,9	0	98,4
2011	1832,0	-488,4	0	96,9
2012	1357,2	-394,7	0	-6,3
2013	930,7	-575,8	0	67,6
2014	1038,3	-348	0	152,8
2015	1187,9	-171,5	0	-

(1) Margem Financeira alargada que inclui a margem de juros bem como os rendimentos de instrumentos de capital sob forma de dividendos

Slide 48 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 48

6. O QUE SE PASSOU?

Caixa Geral de Depósitos
(Milhões €)

	Aumentos de capital	Dividendos
2008 – 2015	2.800	470,2
2005 – 2007	150	795
2000 – 2004	1.000	1.218
Total	3.950	2.483,2

Slide 49

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 49

6. O QUE SE PASSOU?

6.4 Tendo como pano de fundo a situação descrita e as novas exigências regulatórias.

Aumentos de capital 2004 -2015

		MILHES de €					
		CGD	BCP	BES	BPI	BANIF	Soma
2004	Capital (início do período)	2.450,0					
	Aumentos de capital	500,0					
	Reduções de capital						
Capital (final do período)		2.950,0					
2005	Capital (início do período)	2.950,0					
	Aumentos de capital						
	Reduções de capital						
Capital (final do período)		2.950,0					
2006	Capital (início do período)	2.950,0					
	Aumentos de capital						
	Reduções de capital						
Capital (final do período)		2.950,0					
2007	Capital (início do período)	2.950,0					
	Aumentos de capital	150,0					
	Reduções de capital						
Capital (final do período)		3.100,0					
2008	Capital (início do período)	3.100,0	1.613,3	2.500,0	900,0	290,0	30.432,3
	Aumentos de capital	400,0	1.083,3				1.483,3
	Reduções de capital						0,0
Capital (final do período)		3.500,0	4.694,6	2.500,0	900,0	290,0	31.884,6
2009	Capital (início do período)	3.500,0	4.694,6	2.500,0	900,0	290,0	31.884,6
	Aumentos de capital	1.000,0		695,7		200,0	1.866,7
	Reduções de capital			-333,3		-76,0	-409,3
Capital (final do período)		4.500,0	4.694,6	3.500,0	900,0	366,0	34.350,0

↓ Continua

Slide 50 — voltar

Apresentação inicial na Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco CARLOS SANTOS FERREIRA 50

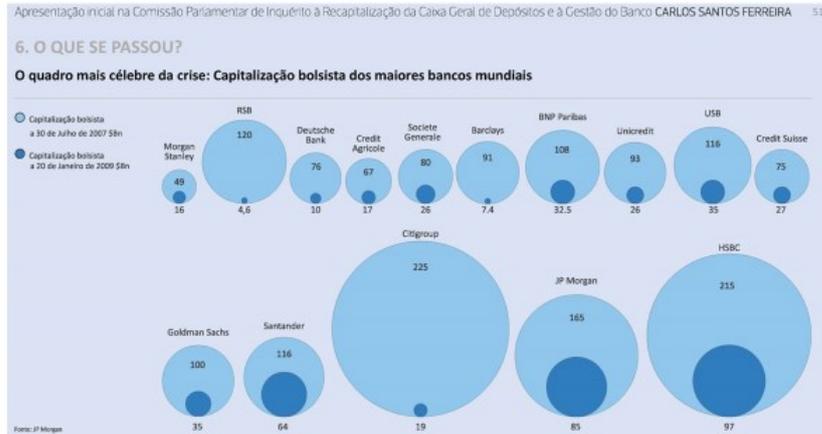
6. O QUE SE PASSOU?

Continuação

Aumentos de capital 2004 -2015

		MILHES de €					
		CGD	BCP	BES	BPI	BANIF	Soma
2010	Capital (início do período)	4.500,0	4.694,6	3.500,0	900,0	366,0	34.160,4
	Aumentos de capital	550,0				214,0	764,0
	Reduções de capital						0,0
Capital (final do período)		5.050,0	4.694,6	3.500,0	900,0	780,0	34.924,4
2011	Capital (início do período)	5.050,0	4.694,6	3.500,0	900,0	780,0	34.924,4
	Aumentos de capital	100,0	1.370,4	530,2	90,0		2.090,6
	Reduções de capital						-14,5
Capital (final do período)		5.150,0	6.065,0	4.030,2	990,0	794,5	37.029,7
2012	Capital (início do período)	5.150,0	6.065,0	4.030,2	990,0	794,5	37.029,7
	Aumentos de capital	750,0	500,0	1.009,9	200,0		2.459,9
	Reduções de capital		-3.065,0			-224,5	-3.289,5
Capital (final do período)		5.900,0	3.500,0	5.040,1	1.190,0	570,0	36.200,1
2013	Capital (início do período)	5.900,0	3.500,0	5.040,1	1.190,0	570,0	36.200,1
	Aumentos de capital						1.612,2
	Reduções de capital						0,0
Capital (final do período)		5.900,0	3.500,0	5.040,1	1.190,0	1.582,2	37.212,3
2014	Capital (início do período)	5.900,0	3.500,0	5.040,1	1.190,0	1.582,2	37.212,3
	Aumentos de capital	2.241,7		1.044,6	105,1	188,5	3.520,9
	Reduções de capital		2.095,0				-2.095,0
Capital (final do período)		5.900,0	3.796,7	6.084,7	1.295,1	1.770,7	38.705,2
2015	Capital (início do período)	5.900,0	3.796,7	6.084,7	1.295,1	1.770,7	38.705,2
	Aumentos de capital		387,5				387,5
	Reduções de capital						0,0
Capital (final do período)		5.900,0	4.094,2	6.084,7	1.295,1	1.770,7	39.092,7
2008/2015	Aumentos de capital	2.800,0	5.582,9	3.251,4	395,1	1.564,7	13.592,1

Slide 51 — voltar



A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.